

Economia Solidária em Várzea Paulista construindo uma política pública



PRÓ-REITORIA
DE CULTURA
E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA



NESOL

Núcleo de Economia Solidária - USP



Prefeitura Municipal
de Várzea Paulista

Economia Solidária em Várzea Paulista: construindo uma política pública



**PRÓ-REITORIA
DE CULTURA
E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA**



NESOL

Núcleo de Economia Solidária - USP



Prefeitura Municipal
de Várzea Paulista

Prefeitura Municipal de Várzea Paulista 2012

Departamento de Economia Popular e Solidária

Eduardo Tadeu Pereira | Prefeito Municipal de Várzea Paulista

Luis Antonio Raniero | Vice Prefeito Municipal de Várzea Paulista

Edson Aparecido Rocha | Secretário Interino de Desenvolvimento Social

Luciane Aparecida dos Santos Mosca | Supervisora Depart. de Econ. Popular e Solidária

Giany Aparecida Povoá | Assessora de Planejamento

Sérgio Ricardo Arcas de Abreu | Diretor Departamental de Economia Popular e Solidária

Ana Cláudia Alvares | Assistente Administrativo

Rosana Roberta Formico | Chefe de setor de Incubadora

Joice Barbosa Lima | Agente local de Incubação

Luis Alves Bezerra | Assistente de Supervisor Departamental

Maria Devanir Orioli Pagoto | Monitora de Cursos

Gisele Melo da Silva | Ajudante Geral

Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NACE/NESOL)

Augusto Camara Neiva | Coordenador

<i>Equipe de Publicação</i>	<i>Equipe de Conteúdo</i>	<i>Revisão e preparação do texto</i>
Silvia Soares de Camargo	Silvia Soares de Camargo	Silvia Soares de Camargo
Denizart Fazio	Juliana Braz	Denizart Fazio
Mariana Giroto	Diogo Jamra Tsukumo	Mariana Giroto
	Thais Mascarenhas	<i>Projeto gráfico e Diagramação</i>
	Fábio Sanchez	Denizart Fazio
	Felipe Páteo	
	Mariana Almeida	

Crédito das fotografias

Arpad Spalding

Capa e páginas 12, 13, 18, 21, 22, 23, 35, 45, 52, 53, 92, 93, 96, 103, 104, 107, 108, 109

Googlemaps

Página 43

Acervo Nesol

Páginas 46 e 116

Acervo Prefeitura

Páginas 16, 17, 36, 37, 38, 39, 42, 44, 97, 112, 113, 114, 117, 118, 119

Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão Em Economia Solidária
Universidade de São Paulo
Prefeitura Municipal de Várzea Paulista

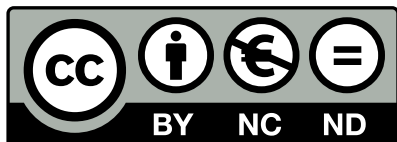
**Economia Solidária em Várzea Paulista:
construindo uma política pública**

Economia Solidária em Várzea Paulista: construindo uma política pública / Organização Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária. São Paulo: NESOL-USP; São Paulo: NESOL-USP, 2013.

Vários autores

ISBN: 978-85-62587-11-5

1. Economia Solidária 2. Política Pública 3. Incubadora pública de Economia Solidária 4. Empreendimento de economia solidária 5. Desenvolvimento Local I. Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária da Universidade de São Paulo - NESOL-USP.



Economia Solidária em Várzea Paulista: uma experiência de política pública by NESOL-USP é licenciado sobre a Creative Commons Atribuição-Uso Não-comercial-Não a obras derivadas 3.0 Unported License. Para mais informações acesse: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>

Sumário

Apresentação	09
---------------------------	----

Parte I: A Economia Solidária em Várzea Paulista

Histórico do município de Várzea Paulista	15
Economia Solidária e transformação social	
<i>Prefeito Eduardo Tadeu Pereira</i>	25
Organograma da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS)	29
Economia Popular e Solidária em Várzea Paulista	
<i>Luciane Aparecida dos Santos Mosca</i>	31
Economia Solidária como estratégia de Inclusão Social	
<i>Giany Aparecida Povoá</i>	49

Parte II: A Incubadora pública de Várzea Paulista

Contribuições teóricas

Um projeto de Incubadora de Economia solidária na sociedade capitalista	55
Finanças Solidárias	61
A comercialização nos EES	67
Marco Jurídico para as políticas públicas de Economia Solidária	71
Orientação e assessoria para o fortalecimento dos EES	
<i>Aguinaldo Luiz de Lima</i>	77
A gestão de EES: entendimentos e desafios	81
Plano de Negócios: princípios Metodológicos	87

Parte III: A Incubadora pública de Várzea Paulista

Contribuições práticas

Incubadora Pública de Várzea Paulista	95
Grupos	103
Trabalho desenvolvido com jovens no município	111
Projeto de territórios: desenvolvimento local, econômico e social	115
Impressões sobre os grupos de autogestão: principais avanços e desafios futuros	
<i>Rosana Roberta Fornico e Sérgio Abreu</i>	123

Glossário	127
------------------------	-----

Apresentação

Os textos aqui reunidos apresentam o início da experiência da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista na execução de sua política municipal de fomento à Economia Solidária enquanto estratégia de desenvolvimento territorial entre os anos de 2007 e 2012. Parte da metodologia adotada pela prefeitura foi o estabelecimento, em 2012, da parceria com o Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP) para o assessoramento nos temas estruturantes da economia solidária, assim como a elaboração da presente publicação, organizada em três partes.

A primeira parte, "A Economia Solidária em Várzea Paulista", apresenta o histórico do município, a concepção que a prefeitura desenvolveu sobre a economia solidária enquanto outro modelo de assistência social e estratégia de inclusão social, bem como as ações desenvolvidas durante este período.


Os princípios metodológicos para as ações da Incubadora Pública Municipal de Empreendimentos de Economia Solidária, desenvolvidos junto à assessoria do NESOL-USP se encontram na segunda parte, A Incubadora Pública de Várzea Paulista: Contribuições Teóricas. Nela iremos encontrar debates iniciais sobre a dinâmica social capitalista, as finanças solidárias, a comercialização nos empreendimentos de economia solidária, o marco jurídico para as políticas públicas de economia solidária, orientação e assessoria para formalização de empreendimentos de economia solidária, entendimentos e desafios sobre a gestão de empreendimentos de economia solidária, e os princípios metodológicos para a elaboração de um plano de negócios.

Por fim, na terceira parte, A Incubadora Pública municipal de

Várzea Paulista: Contribuições Práticas, apresentaremos as atividades desenvolvidas, assim como algumas potencialidades e desafios diagnosticados a partir do desenvolvimento das ações da Incubadora Municipal.

Experiências como a presente são essenciais para o fortalecimento do movimento de economia solidária e para a construção de políticas públicas que articulem os empreendimentos, as entidades de fomento e o poder público. Esta parceria entre gestores públicos e universidade é um movimento importante de soma de esforços, conhecimentos e competências complementares e tão necessários ao desenvolvimento e fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária, unindo teoria e prática, técnica e institucionalização da política. Mostra caminhos, mas especialmente propõe debates fundamentais e apresenta desafios que podem dialogar com outros atores que também querem construir políticas públicas de fomento à Economia Solidária.



A close-up photograph of several purple orchid flowers and buds. The flowers have a distinct veined pattern on their petals. The background is softly blurred, showing more of the plant and some green foliage.

Parte I
A Economia Solidária
em Várzea Paulista

Histórico do município de Várzea Paulista

Pode-se dizer que a história de Várzea Paulista começa em 1867, com a construção de uma estrada de ferro que ligava Santos a Jundiaí. A estrada, construída por ingleses, passava pela região hoje reconhecida enquanto município, caracterizada na época como uma várzea campesina com um saliente acidente geográfico e águas cristalinas do rio Jundiaí. O local começou a ser povoado em 1886, dezenove anos depois da inauguração do trecho ferroviário. Diz-se que o primeiro morador da cidade foi Isaac de Souza Galvão, quem montou a primeira olaria do local.

Além da olaria que abastecia diversos pontos da região, a economia da cidade foi fomentada com o ciclo do café até 1878, quando uma grande geada atrapalhou a continuidade da atividade econômica no local. A Société des Distilleries Brésiennes, uma empresa franco-italo-suíça, instalou uma destilaria de álcool, usando a mandioca enquanto matéria-prima, vivendo tempos prósperos até 1888, quando foi abolida a escravidão. Em 1891 foi inaugurada a Estação Ferroviária, com arquitetura e materiais ingleses. A primeira indústria de Várzea Paulista, Elekeiroz, instalada em 1923, foi denominada na época de “Fábrica de Várzea” que, juntamente com a estrada de ferro, influenciaram na formação do primeiro núcleo habitacional do local e na instalação de novas unidades industriais, resultando na vinda de pessoas de outras regiões para o bairro. Antiga Société des Destilleries Brésiennes, adquirida pelo paulista Luiz de Queiroz, a empresa produzia inseticidas, produtos farmacêuticos e fertilizantes.

Em 1948, foi inaugurada a Via Anhanguera, que passa a contribuir para o avanço industrial da região, incentivando a instalação de novas fábricas e atraindo um forte contingente de operários.

Em agosto de 1956, o Cartório Civil teve seus livros liberados para assentamentos. O primeiro registro de nascimento foi realizado em 14 de agosto de 1956. Na época, a região era um distrito de Jundiaí, denominado Secundino Veiga, em homenagem ao jornalista que morreu na época. O cartório substituiu a denominação de Secundino Veiga para Distrito de Várzea, em alusão ao terreno ribeirinho, baixo e plano, situado às margens de um rio.

Em 1964, um grupo de varzinos se reuniu para requerer a emancipação político-administrativa do local. O grupo era formado por Francisco de Assis Andrade, João Aprillanti, Armando Pastre, Victorino Vieira Santana, Antenor Fonseca, Benjamin de Castro Fagundes, Milton Lebrão, Otávio Félix e Farid Feres Sada. A Assembleia Legislativa de São Paulo deu início ao movimento de emancipação por meio da lei estadual 5820. No dia 21 de março de 1965 o bairro foi elevado a município de Várzea Paulista.



Os símbolos e a bandeira do Município

A cidade de Várzea Paulista possui como símbolos o Brasão de Armas, de autoria do professor Arcino Peixoto de Faria, criado em 1972. As olarias e as cerâmicas, empreendimentos fundamentais para formação do povoado, são lembradas na forma de chaminé e as engrenagens representam o parque industrial do município.



O estandarte municipal apresenta o Brasão à esquerda. A aplicação está no centro de um triângulo simbolizando a cidade.

A faixa branca e a faixa vermelha representam o Poder Municipal. Os espaços verdes lembram as propriedades rurais, que se multiplicaram em equilíbrio com a expansão urbana.

Hino municipal de Várzea Paulista

Letra e música: Claudinei de Souza

Várzea campesina de um mil e oitocentos
De vales tão lindos, relatos de um tempo
Que uma ferrovia que ingleses fariam
Progressos trariam a este lugar.

E das olarias do barro massa pé
Que então passaria o ciclo do café
E enfim acabaria ao negro a escravidão
E então surgia nossa bela estação

Não a vi nascer, mas ouço falar
Te vejo a crescer e quero estar
Em cada momento, oh, Várzea Paulista
Nossos corações sua história conquista

Produtor, referência industrial
Cidade das orquídeas, orgulho nacional
Da singela cultura em cada cidadão
Pois somos varzinos de amor e coração

E das olarias do barro massa pé
Que então passaria o ciclo do café
E enfim acabaria ao negro a escravidão
E então surgia nossa bela estação

Não a vi nascer, mas ouço falar
Te vejo a crescer e quero estar
Em cada momento de suas conquistas
Estarei contigo, oh, Várzea Paulista.



Dados Geográficos

O município situa-se sobre um terreno acidentado, destacando-se as elevações das serras existentes, além de regiões baixas (vales ou várzea). Várzea Paulista possui as seguintes coordenadas geográficas: 23°13' latitude sul e 45°19' longitude oeste.

Limita-se ao sul com Campo Limpo Paulista e a norte, leste e oeste com Jundiaí. A sua altitude está a 720,50 metros em relação ao nível do mar tem um clima ameno (tropical de altitude) com temperaturas que variam de 12° a 30°C. A umidade relativa do ar chega 45% no inverno e 75% verão. Os níveis de chuva chegam a 375 mm no outono e 195 mm no inverno.

Várzea Paulista está a 57 km de São Paulo, 7 km de Jundiaí e 5 km de Campo Limpo Paulista.

A parte hidrográfica é formada pelo Rio Jundiaí, Córrego Guarani, Córrego Bertioiga, Córrego Pinheirinho, Córrego do Mursa, Córrego da Invernada, Córrego do Japonês, Córrego Queiroz, Córrego do Rabicho, Córrego Promeca e Córrego do Tanque Velho.



Habitantes e a Participação Popular

Nos últimos anos Várzea Paulista teve um crescimento populacional vertiginoso. Em 1970 o número de habitantes era de 9.910, saltando para 33.835 em 1980. Trinta anos depois chega a soma de atual de 107.211. O crescimento coloca a cidade como a segunda mais populosa da região de Jundiaí.

Em 2005 a população é convidada a participar das decisões nos rumos da cidade, ajudando e compartilhando com o governo a responsabilidade nas resoluções sobre como e onde investir parte do dinheiro público arrecadado pela Prefeitura. A participação tornou-se possível graças ao Orçamento Participativo, processo de participação popular que promoveu de forma constante e efetiva a conscientização dos cidadãos sobre o seu papel na transformação da realidade do município.

A cidade das orquídeas

Em 2005, ao completar 40 anos de emancipação, Várzea Paulista construiu sua identidade cultural ao se tornar a Cidade das Orquídeas. Reconhecida como um dos maiores pólos produtores de orquídea na América Latina, a cidade conta com cinco orquidários, além de cultivadores e centenas de orquidófilos.

O orquidário Biorchids, localizado no bairro do Mursa e considerado um dos maiores da América Latina, chega a produzir mais de um milhão de mudas ao ano, exportando para países como China, Tailândia e Estados Unidos.

Por sua importância no desenvolvimento econômico e social do

município, desde 2005 a Prefeitura realiza a Orquivárzea, congregando orquidófilos de todo o Brasil, numa exposição que reúne mais de 10 mil espécies de orquídeas.



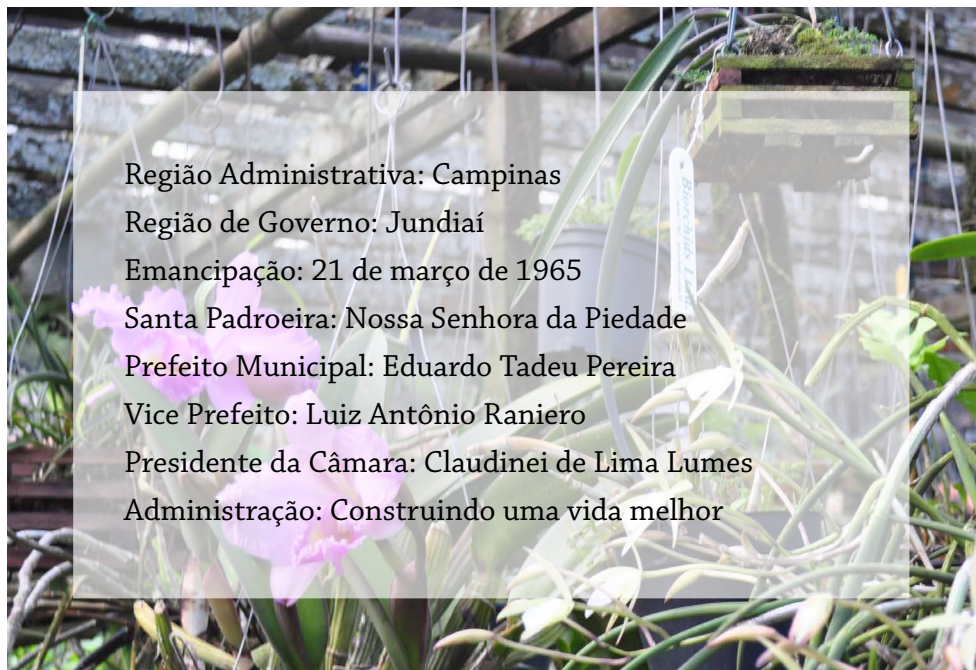
Cultura

Além da Orquivárzea, a cidade conta com o VarzeAlegria, carnaval popular de rua, uma das maiores manifestações culturais da região. Há também o encontro de Folias de Reis e o Encontro de Violeiros. Além de oficinas gratuitas no Centro Cultural de teatro, dança de catira, e instrumentos musicais há Feira de Artesanato na Praça Castro Alves e o Cinema na Praça que por meio do Cineclubes Estação Imagem conta com

exibições de filmes em locais públicos, um sarau poético e musical, a Escola de Música e a Banda Sinfônica.



Perfil Municipal 2012



Cronologia histórica de Várzea Paulista

- 
- 1987 Os trilhos ingleses chegam até Jundiaí passando por Várzea;
- 1886 Chega Isaac de Souza Galvão (Olaria e e “secos e molhados”);
- 1891 Inaugurada a Estação Ferroviária de Várzea;
- 1900 Chegada da família Álvaro de Castro e Capela N. Sra. da Piedade.
- 1905 Aumenta o número de olarias e plantações
- 1910 Instalada a Escola da Estação de a “Casa da Professora”;
- 1911 No Pito Aceso ou Moinho é erguida a capela Santo Antonio;
- 1920 As famílias pioneiras chegam para agricultura e as olarias;
- 1923 A empresa Elekeiroz adquire terras para se instalar na cidade;
- 1930 Início do povoamento: negócios imobiliários de Eduardo de Castro;
- 1950 Surge o Bairro Promeca;
- 1951 Instalação do Seminário do Bairro Bertioiga;
- 1954 Começa a campanha para elevação de Várzea para Distrito;
- 1956 Várzea é elevada a Distrito;
- 1960 Distrito Secundino Veiga muda para Distrito de Várzea;
- 1963 Emancipação: o governo veta e a Assembléia rejeita o veto;
- 1964 A revolução de março não autoriza eleições para o novo município;
- 1965 Eleições realizadas no dia 7 e município instalado em 21 de Março.
- 2005 Várzea Paulista é reconhecida como a Cidade das Orquídeas

Economia Solidária e transformação social

Prefeito Eduardo Tadeu Pereira

A política de Economia Solidária adotada em Várzea Paulista a partir de 2005, constitui uma quebra de paradigma no modelo de assistência social do município. As famílias em situação de vulnerabilidade social, que antes recebiam do poder público cestas básicas, agasalhos, entre outros itens, foram inseridas em um processo de inclusão produtiva e, com o passar dos anos, estão se tornando independentes com a geração de sua própria renda.

Para construir uma vida melhor para a população, definimos atuar em duas frentes em nosso governo: na resolução das demandas imediatas, como infraestrutura, saúde, educação, entre outras; e a promoção de ações estratégicas, de construção de novos valores e uma sociedade diferente, em busca de um novo mundo possível.

A Economia Solidária se insere nesse contexto e, por isso, definimos essa política como um dos principais eixos do projeto de Desenvolvimento Social que traçamos para a cidade, compondo um tripé de ações, em paralelo com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a participação popular.

A partir desse novo conceito de economia encontramos ferramentas importantes para concretizar as metas que tanto almejávamos em 2005, quando assumimos a Prefeitura, já que o modelo de Economia Solidária cumpre dois papéis que considero fundamentais.

Um deles é a forma com que ele se coloca como uma alternativa à economia capitalista. Baseado no cooperativismo, na valorização do ser humano e suas habilidades, envolvendo valores transversais, em dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural, esse novo modelo

representa um contraponto ao capitalismo, que é centrado no capital, no individualismo e na busca desenfreada pelo lucro.

O outro papel importante que a Economia Solidária assume é a inclusão produtiva, com geração de renda das pessoas que encontram dificuldades de se inserirem no mercado formal, por não se enquadrarem nos padrões definidos pelo sistema capitalista.

Para estes casos, o Governo Federal adotou as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, garantindo o acesso de famílias em situação de vulnerabilidade social a direitos básicos. Aqui em Várzea estamos superando as fronteiras dos programas de transferência de renda.

Definimos que era preciso ir além, trabalhando para garantir uma nova forma de autonomia financeira a essas pessoas, para que adquiram capacidade de gerar sua própria renda.

Dessa forma, os participantes dos programas sociais deixaram de ser vistos somente através de suas vulnerabilidades e passaram a ser reconhecidos por suas potencialidades.

Temos muito a avançar, ampliando a mobilização das comunidades e estendendo essas políticas para mais beneficiários dos programas de transferência de renda, que em Várzea somam 3.232 famílias. Mas a construção desse novo modelo de economia e inclusão produtiva é um grande legado que o nosso governo deixa para a cidade, entregando nas mãos dos varzinos um poderoso instrumento de transformação social.

Solidarity Economy and social transformation

Prefeito Eduardo Tadeu Pereira

Adopted since 2005, the Solidarity Economy Policy in Várzea Paulista, São Paulo, Brazil, has broken a paradigm in the model of social assistance in the city. Families in social vulnerability conditions, who used to receive consumer baskets, warm clothing, and others from government, are now part of a process of productive inclusion aiming their economic independence.

In order to build a better life for the people, we defined our actuation in two blocks: solving immediate demands, such as infrastructure, health, and education; and promoting strategic actions to build new values and society, aiming a new possible world.

Solidarity economy is part of it. Thus, we defined the policy as one of main axis of the city's project for Social Development, among with other actions as implementation of Brazilian Social Assistance Public System (SUAS) and popular participation.

Based on this new concept of economy, we find important tools to reach the aims we established in 2005, when we assumed the government, as long as Solidarity Economy fulfills two essential roles.

The first one is the way it places itself as an alternative to capitalist economy. This new model is based on cooperativism, valorizing human being, their skills, and transverse values in social, economic, political, ecological and cultural areas, setting itself against to capitalism and its values that focus on capital, individualism, and endless profit.

The second one is the productive inclusion and income generation, working with people who has difficulties to get a formal job because they

don't fit capitalist patterns.

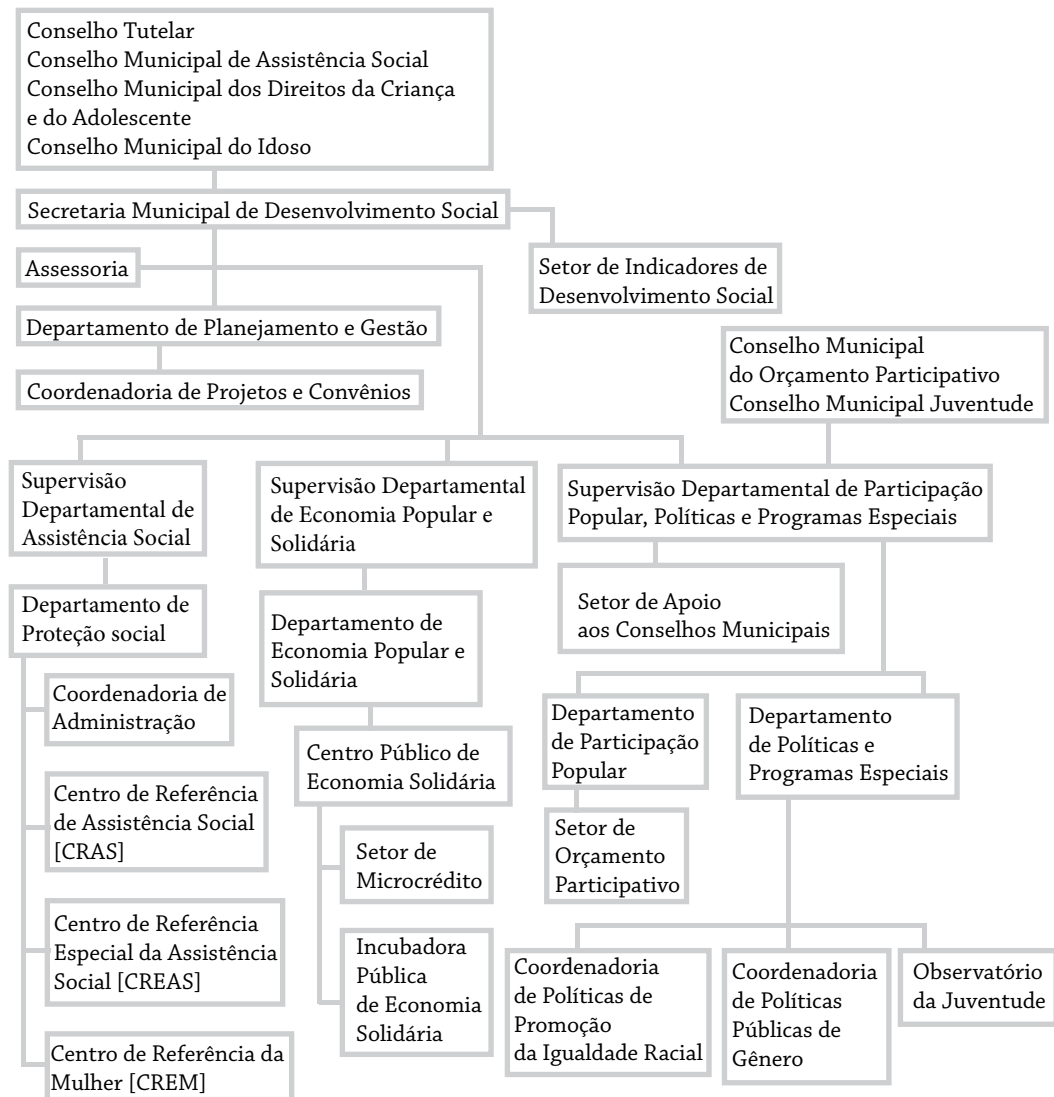
In those cases, Federal Government adopted social welfare programs, as Bolsa Família (Family Allowance), providing basic rights to poor Brazilian families. Here, in Várzea Paulista, we are overcoming the boundaries of these assistance programs.

We defined that we needed to go further, working to ensure a new way of financial autonomy for these people, helping them to acquire capacity to generate their own income.

Therefore, social programs participants are not seen through their vulnerabilities, but are recognized because of their potentialities.

We have a lot to improve, enlarging community mobilization and increasing this policy for more people. In Várzea Paulista, they sum 3.232 families. However, the construction of this new model of economy and productive inclusion is a great legate left by our government to the city, as can be a powerful instrument of social change in people's hands.

Organograma da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS)



Economia Popular e Solidária em Várzea Paulista

Luciane Aparecida dos Santos Mosca

Supervisora Departamental de Economia Popular e Solidária

A Economia Solidária é, atualmente, a política que mais se expande e ganha adeptos entre os gestores públicos, muito pelo fato de não se relacionar exclusivamente às questões econômicas, mas por contribuir para o desenvolvimento solidário e sustentável, assim como grande ferramenta ao enfrentamento à pobreza, à medida que possibilita o empoderamento dos sujeitos e da sociedade civil.

O Município de Várzea Paulista, desde 2005, tem construído como marca forte do seu governo a participação popular, a inclusão social e o desenvolvimento pautados pela sustentabilidade. Sendo assim, a partir deste ano o governo inicia o processo de implantação das políticas de inclusão econômica e social, destacando-se a economia solidária, pelas suas diretrizes e conceitos. O Programa de Economia Solidária foi implantado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que buscou desenvolver uma política voltada ao trabalho coletivo, como forma de reforçar suas políticas de inclusão social, resgate à cidadania, combate à pobreza e ao desemprego, através da geração de trabalho e renda.

Ocorreram grandes mudanças no modelo sócio-assistencial a partir de 2008. A então Secretaria de Ação Social desenvolvia alguns cursos e oficinas básicas nas áreas da alimentação, costura e artesanato. Os beneficiários de programas sociais eram encaminhados para essas oficinas, que duravam em torno de 2 meses e assim que acabavam não tinham nenhum tipo de acompanhamento e muitas vezes nem colocavam em

prática o que aprendiam, o que implicava na sua ineficiência como espaço formador e de geração de renda. Com a implantação da economia solidária, os participantes dos programas sociais deixaram de ser vistos somente através de suas vulnerabilidades e passaram a ser vistos por meio de suas potencialidades. Os cursos e oficinas tiveram suas cargas horárias muito ampliadas, com módulos que vão do básico ao intermediário e avançado, além de triagem e apoio ao desenvolvimento de empreendimentos coletivos e de autogestão.

Apartir de 2009, a economia solidária passa a exercer um eixo transversal significativo de inclusão social e produtiva, juntamente com os eixos Inclusão Social e Participação Popular. Conforme descrito anteriormente, esse arranjo possibilitou um processo de integração importante e ao mesmo tempo inovador para o município. Assim, a Economia Solidária ganha uma estrutura institucional, por meio de lei municipal na Secretaria com os seguintes departamentos e setores:

- . Supervisão Departamental de Economia Solidária
- . Departamento de Economia Solidária
- . Coordenadoria de Centro Público de Economia Solidária
- . Setor de Incubação;
- . Setor de Microcrédito e Finanças Solidárias.

Neste sentido, foi necessário propor ciclos de capacitação e formação com os servidores que atuam diretamente com a população beneficiária, ou seja, os profissionais dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Bolsa Família, e a equipe do departamento de Economia Popular e Solidária.

Em 2010 é constituída uma Comissão Popular de Economia Solidária, com 12 participantes com a seguinte representatividade: 50%

Empreendimento Econômico Solidário (EES), 25% Governo e 25% Entidades de Fomento à Economia Solidária.

Essa comissão tem por objetivo participar da construção e desenho da política pública de Economia Solidária, assim como exercer o controle social da Economia Solidária no município. Atualmente a comissão, juntamente com os representantes do governo, estudam a implantação do projeto de lei municipal de Economia Popular e Solidária que trará governabilidade e legitimidade no que se refere a uma política de inclusão social e produtiva de Estado.

No ano de 2011 a Prefeitura Municipal implantou o Centro Público de Economia Solidária, com a finalidade de ampliar e disponibilizar serviços aos EES, além de abrigar a Incubadora Pública Municipal de EESs, que vem desenvolvendo atividades voltadas ao apoio à organização, à consolidação e viabilização destes, propiciando o acesso ao conhecimento por meio da formação, gestão de negócios solidários, assistência técnica, acesso às finanças solidárias e espaço para pontos de comercialização justa e solidária.

Em Várzea Paulista, a Economia Solidária vem se tornando uma estratégia cada vez mais eficiente em busca do desenvolvimento local e comunitário, por meio da organização coletiva, dos territórios onde os CRAS estão localizados. Foram desenvolvidas várias ações e projetos voltados aos beneficiários de programas sociais (preferencialmente) e à população em geral, voltadas para a organização do trabalho coletivo autogestionário, associativismo e cooperativismo. Entre alguns projetos, destacam-se as Feiras de Trocas Solidárias, o Armazém da Cidadania, o projeto Casa da Beleza, o Lab. Café e o incentivo a um Banco Comunitário de Desenvolvimento no Bairro de Vila Real.

Ainda há muito a avançar, é necessário ampliar a atuação de

agentes de economia solidária para sensibilizar, mobilizar e organizar as comunidades e empreendimentos econômicos solidários, além de ampliar a participação destes nos CRAS, para triagem e estudo de potencialidades dos beneficiários dos programas Bolsa Família e Renda Cidadã. O programa de Economia Popular e Solidária prevê atender as 3.232 famílias inscritas no Bolsa família, com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 e inseri-las em suas atividades de incentivo, fomento e qualificação para atividades empreendedoras solidárias e pequenos negócios familiares, promovendo geração de trabalho e renda, além de inclusão social e econômica destes beneficiários vítimas das políticas seculares de concentração de renda e desenvolvimento excludente. No município, existem 16.524 pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADUNICO), em sua maioria mulheres, negras ou pardas e responsáveis pelo cuidado com a família.

Projetos e ações de Economia Solidária realizados e resultados alcançados

2007/2008 

a) Início do Projeto “Casa do Artesão”

O projeto da Casa do Artesão foi iniciado em 2007, a partir dos grupos de geração de renda, em um momento que a SMDS ainda era Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. Os cursos na área do artesanato foram qualificados, e passaram a ter módulos básicos, intermediários e avançados, além de uma carga horária específica de empreendedorismo,

associativismo, cooperativismo, Economia Solidária, administração e plano de negócios. Em 2011 inauguramos um espaço de comercialização dos produtos desenvolvidos pelos grupos de artesanato. Com o intuito de avançar na qualidade dos produtos desenvolvidos pelos grupos de artesanato do município, o departamento de Economia Solidária, passou a desenvolver oficinas temáticas e cursos especializados de Bonecas de Pano, Patchwork e Papel Reciclado. Notou-se evolução das participantes das oficinas e cursos no quesito designer, tendência e qualidade dos produtos confeccionados.



b) Casa da Beleza

O Projeto teve como objetivo capacitar, qualificar e fomentar a criação de um empreendimento econômico solidário na área da beleza. Foi lançado em 30 de Agosto de 2009, com a inauguração dos espaços laborais situados no Espaço Cidadania. Foram abertas 110 vagas.

Os cursos avançados foram oferecidos às pessoas que já haviam feito cursos básicos na área, na Prefeitura ou em outra instituição, desde que devidamente certificado.

O Grupo avançado passou por processos de capacitação, onde as oficinas foram ampliadas para áreas de administração básica, associativismo, cooperativismo, autogestão e empreendedorismo. O projeto em seu segundo ano de atuação ampliou as atividades de capacitação nas áreas de Massagem, Maquiagem, Design de Sobrancelhas, e Colorimetria. Além de seguir com o planejamento do plano de negócios e incubação atualmente, houve a cessão de espaço físico, e equipamentos para o primeiro ano do negócio coletivo.



a) Seminário Municipal de Economia Solidária

O I Seminário Municipal de Economia Solidária, acontecido em 2 de Outubro de 2009, também foi fundamental para a ampliação dos debates sobre o tema no município, e contou com a presença ilustre do Professor Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária. Foram aproximadamente 420 participantes entre sociedade civil, gestores, autoridades, e estudiosos.

b) Criação da Moeda Social “Saber”

Em setembro de 2009 foi criada a primeira moeda social no município de Várzea Paulista. Recebeu o nome de “Saber”, depois da realização de uma grande consulta pública envolvendo mais de 150 pessoas envolvidas nas atividades de capacitação profissional. O significado deste nome deu-se devido aos saberes que todos nós temos, e levamos conosco pela vida.

A moeda foi legitimada pelo primeiro clube de trocas instituído pela prefeitura.



c) I Feira de Trocas Solidárias Municipal

A primeira feira de trocas municipal aconteceu em Novembro de 2009, e contou com a participação de aproximadamente 350 pessoas, entre beneficiários de programas sociais, trabalhadores e entidades de fomento. Foi nesta feira que a moeda social “saber” começou a ser utilizada. Foram trocados objetos como artesanato, alimentos, roupas e utilidades domésticas e serviços.



d) I Feira Municipal de Comercialização Solidária.

Após 3 anos no auxílio e coordenação da feira Estadual de Campinas, foi a vez de Várzea Paulista realizar a sua primeira feira de comercialização solidária. Participaram 40 empreendimentos, destes, 16 eram de outros municípios do Estado de São Paulo, além de povos tradicionais, como os indígenas.

A feira durou três dias, e foi classificada como um dos melhores acolhimentos das feiras realizadas naquele ano. Foi uma experiência rica pois a feira proporcionou a troca de saberes coletivos, das angústias e das

vitórias dos empreendedores que estavam participando. Também houve uma programação cultural bem diversificada.

2007/2008

2009

2010

2011

2012

a) Ampliação das Feiras de Trocas

Em 2010 as feiras de trocas passaram a ser descentralizadas nos territórios, cada uma com sua moeda própria:

- . Região Norte- Moeda Social LEGAL;
- . Região Central- Moeda Social MECA;
- . Região Oeste- Moeda Social POPULAR.

As Feiras têm participação superior a 100 pessoas e contam com atividades culturais durante sua realização, proporcionando maior sociabilidade entre os moradores, além do desenvolvimento comunitário e cultural dos territórios onde acontecem.

b) Projeto “Armazéns da Cidadania”- Programa de Segurança Alimentar



O Projeto teve como objetivo legitimar a mudança de modelo sócio-assistencial na distribuição de alimentos por meio de cestas básicas, substituindo-as por moedas sociais, qualificando e ressignificando o atendimento no programa de segurança alimentar. Em agosto de 2010, as famílias passaram a receber as moedas de acordo com seus PAIFS (Planos de Atendimento Integral Familiar), além de serem incluídas em atividades de educação popular por meio do departamento de Economia Solidária. Atualmente são três Armazéns, distribuídos nos CRAS.

c) Levantamento dos Potenciais Produtivos e de consumo nos Territórios.

Foram levantados os potenciais produtivos e de consumo nas três regiões de abrangência dos CRAS, ou seja, região norte, oeste e central. Este levantamento foi realizado pelos Agentes de Participação Popular do Orçamento Participativo e sistematizado pela equipe do departamento de Economia Popular e Solidária. Este instrumento nos permitiu avaliar e propor políticas de desenvolvimento local nestes territórios, além de contribuir para o diagnóstico da vocação econômica da cidade.

d) Descentralização da equipe de Economia Solidária

Foi designado um servidor para cada território, para atuarem com agentes de desenvolvimento social, a fim de aprofundarem o debate sobre a política de economia solidária com os servidores e a população de cada serviço. São 3 agentes ao todo, que participam do planejamento e atividades referentes à economia solidária e ao desenvolvimento local de cada território.

e) Laboratório de Desenvolvimento Social e Digital

Este projeto teve como finalidade a inclusão e o estímulo ao desenvolvimento econômico e digital de jovens e adolescentes. Foram educados e capacitados em torno de 400 jovens e adolescentes, com idade entre 14 e 19 anos, promovendo a educomunicação e o acesso digital aos jovens varzinos.

Foram produtos do projeto três edições do jornal Lab. Notícias desenvolvido pelos próprios educandos, um blog, um vídeo-jornalismo sobre o município e um portal voltado para a juventude, que hoje faz parte das atividades do Observatório da Juventude.

f) Integração das Atividades Sócio-educativas e programa de descompressão de gastos

As atividades sócio-educativas ofertadas pelos CRAS e CREAS passaram a ser integradas às atividades do programa de descompressão de gastos, este executado por um profissional do departamento de Economia solidária. As rodas de conversas tinham temas relacionados à economia doméstica e aumento patrimonial para famílias de baixa renda. Ao longo do ano foram mais de 160 rodas distribuídas entre os serviços dos territórios Norte, Oeste e Central, além de famílias do CREAS.

g) Fórum Municipal e Comissão Popular de Economia Solidária

No ano de 2010 foi lançado o Fórum Permanente Municipal de Economia Solidária com a missão de criar espaços de discussão e fortalecimento da

Política municipal de Economia Popular e Solidária e em sua consequência a Comissão Popular de Economia Solidária. A estratégia implantada em todas as unidades da SMDS, para aumento da participação popular e controle social.

h) II Conferência Regional de Economia Solidária

Várzea Paulista sediou, em Abril de 2010, a II Conferência Regional de Economia Solidária. O tema da conferência foi “ Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”. Estiveram presentes em torno de 215 pessoas, e o total de 12 municípios.



2007/2008

2009

2010

2011

2012

a) Ampliação dos cursos profissionalizantes

Foram ampliadas as ofertas dos cursos de capacitação profissional, com 12 cursos diferentes e 211 pessoas inscritas. Além do artesanato e da beleza, também passaram a fazer parte da grade os seguintes cursos: Panificação, Chocolataria, Confeitaria, Pintura Interna e Externa, Texturização, Revestimentos, Gesso, Pequenos Reparos Elétricos e Hidráulicos, Montagem de Manutenção de Computadores, Organização doméstica, Dj, Grafite.



b) Inauguração do Centro Público de Economia Popular e Solidária

Depois de alguns anos de ações já implantadas de economia solidária, foi inaugurado o Centro Público de Economia Popular e Solidária, com recursos próprios da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista. O Centro Público está localizado na área central e conta com uma área de cerca de 800 metros, com salas para cursos e oficinas, auditório, oficina de costura, um telecentro, área administrativa e local para funcionamento de empreendimentos que estão em situação de incubação.



c) Incubadora Pública Municipal de Empreendimentos Econômicos Solidários

A Incubadora Pública foi implantada no início de 2011, e tem por objetivo criar condições para que as pessoas se organizem para o trabalho coletivo e autônomo e para que tenham capacidade de administrar e fazer

a gestão de seus negócios. Também promove formação técnica e política, e acompanhamento dos processos de tomada de decisão e implementação de atividades econômicas, tais como produção, trabalho, finanças e comércio. A incubadora de Várzea Paulista oferece todo o suporte necessário, inclusive infraestrutura física em alguns casos, até que os negócios sejam desincubados, estágios em que a maturidade é atingida e então os empreendedores ou empreendimentos coletivos possam andar com suas próprias pernas.

d) Lab. Café

O Projeto do Lab. Café iniciou-se em Agosto de 2011, e seu objetivo consiste em capacitar pessoas beneficiárias de programas sociais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e pessoas que desenvolvem trabalhos na área da alimentação para constituir uma cooperativa, associação ou grupo de autogestão. São ministrados cursos e oficinas de panificação, confeitaria e chocolateria. Em dezembro de 2011, foi criado um café conceito com os participantes dos cursos, com a cessão de espaço e equipamentos durante o período mínimo de 12 meses.



e) Banco Comunitário de Desenvolvimento

Desde 2011, o governo de Várzea Paulista fomenta iniciativas de finanças solidárias a partir da implantação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, no Bairro de Vila Real. Trata-se de uma parceria com o Núcleo de apoio às atividades de cultura e extensão em Economia Solidária da Universidade de São Paulo – NESOL-USP que está executando um projeto, financiado pelo governo federal, de manutenção e implementação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento na região sudeste do Brasil. O Banco comunitário é uma estratégia que irá complementar as intervenções urbanas desenvolvidas naquele bairro, por meio do desenvolvimento local econômico. O nome do banco é Banco Orquídea, devido à vocação do município em cultivar esta flor, e o nome da moeda social do banco é Progresso, nome escolhido pelos moradores. O Banco foi Inaugurado em setembro de 2012.



Parceria com o Nesol-USP

Neste ano foi firmada parceria com o Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Economia Solidária da Universidade de São Paulo – NESOL-USP para o desenvolvimento e fortalecimento da Incubadora Pública de EES, além de assessoria técnica, em relação à política de economia solidária. Foi desenvolvido um ciclo de oficinas mensais para a qualificação da equipe técnica da Incubadora, com os temas desenvolvidos na segunda parte desta publicação. O processo de apoio às atividades da incubadora contemplou ainda, a contratação de um agente de incubação local, que além de assessorar o processo de incubação dos grupos, acompanhou o processo de formação desenvolvido com os jovens munícipes de Várzea Paulista, descrito na terceira parte deste livro. Foi também a partir dessa parceria que realizamos a presente publicação.

Economia Solidária como estratégia de Inclusão Social

Giany Aparecida Povoá

Desde 2005, o Governo de Várzea Paulista vem implantando ações pautadas num projeto político que busca a transformação da cidade.

Após sete anos de mudanças e o início da construção de uma nova história para Várzea Paulista, vamos aos poucos, alterando o cenário e a cidade está crescendo e se tornando cada dia melhor.

Com 47 anos de emancipação político administrativa, a cidade tornou-se totalmente urbana com uma população em torno de 107 mil habitantes e ainda busca uma vocação para o desenvolvimento econômico que lhe oferte identidade e reconhecimento.

O território da cidade, que aos poucos vai se tecendo de forma diferente, conta hoje com maior infraestrutura, dobrou seu orçamento e oferece mais qualidade nos serviços prestados à população. Porém ainda tem muito a alcançar.

Esta cidade em constante transformação, grita hoje por reconhecimento, por novos olhares para as solidariedades produzidas no cotidiano que se gesta nos fazeres e saberes de sua população.

A cidade tem pressa, quer crescer e se desenvolver. A cidade quer mais! Querer mais é seu grito coletivo, sua expressão mais pura.

Assim, se torna possível, neste momento, apresentar uma proposta para seu crescimento, baseada nos princípios da Economia Solidária. Temos a oportunidade de pensar caminhos, possibilidades e limites para esta cidade menina! Temos agora o desafio de apresentar novas formas de enfrentamento das dificuldades e novos percursos para mudanças

necessárias em sua estrutura.

Nessa construção temos pela frente dois grandes desafios: a racionalidade para avaliar conquistas concretas que foram estruturantes para a vida em comunidade, como construção de novas escolas, creches, unidades de saúde, pavimentação de vias, ofertas de novos equipamentos, fim da falta de água e assim por diante e também o imaginário das pessoas que vai se tecendo aqui e ali.

Olhar para a racionalidade das coisas e buscar no imaginário da população a ideia de futuro nos dará a chance de olhar Várzea Paulista como uma possibilidade. Nela reside a nossa chance de construir o futuro.

Com o firme propósito de construir um futuro melhor e a partir da crença de que uma outra cidade é possível é que nos dispomos a construir a política pública de Economia Solidária na cidade.

A presença dos trabalhadores é marcante e, portanto, é necessário conhecimento sobre suas principais necessidades e expectativas. É urgente criar espaços de diálogo que dêem aos trabalhadores a voz que eles necessitam para serem ouvidos, considerando-os como sujeitos políticos, cidadãos ativos, capazes de apontar caminhos para o crescimento e desenvolvimento da cidade onde vive.

O diálogo aberto tem sido premissa no governo municipal. A participação popular e a escolha pela gestão democrática, são eixos essenciais a todos os setores da atual administração.

Nesse contexto e a partir de uma visão de governo voltada para o protagonismo e para a participação social, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social tem investido em ações e projetos capazes de responder às demandas da população do município e a Economia Solidária inaugura este novo diálogo e interlocução mais ampla com questões que

abarcam as relações de trabalho, a capacitação profissional, a criação de oportunidades para inclusão econômica das pessoas, conhecendo e reconhecendo suas expectativas e anseios de modo geral.

Através do Centro Público de Economia Solidária e da Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários, teremos a oportunidade de realizar a inclusão social com geração de ocupação e renda como forma de enfrentamento à exclusão social.

Entendemos que a Economia Solidária se apoia em novos valores, o que exige de nós a criação de novas práticas aplicadas às atividades econômicas, buscando fomentar empreendimentos autogestionários, autônomos, pautados na busca de uma sociedade mais justa, baseada na cooperação entre as pessoas, na construção de um mundo melhor para todos!



A close-up photograph of a flower with vibrant purple and yellow petals. The lighting is soft, highlighting the texture and colors of the petals. The background is blurred, focusing attention on the flower's details.

Parte II

A incubadora pública
de Várzea Paulista:
contribuições teóricas

Um projeto de Incubadora de Economia Solidária na sociedade capitalista

NESOL-USP

"Não se pode ensinar coisa alguma a alguém; pode-se apenas auxiliá-la a descobrir por si mesma."

Galileu Galilei

Concepção de sociedade, construção de conhecimento, qualificação das relações humanas, dinâmica social, relação entre o poder e o saber. Decifrar tais ideias no âmbito da sociedade em que vivemos passa por compreender o capitalismo enquanto uma forma de organização social cujo objetivo central é a reprodução ampliada do capital e não as relações humanas. Nesse contexto, toda a dinâmica social se baseia em relações de produção, comercialização e consumo que visam à acumulação material. Os processos históricos de tal acumulação nos mostraram que a mesma só foi possível a partir da expropriação e exploração de pessoas ricas e poderosas sobre outras pessoas que desempenhavam outro papel na organização social então vigente.

Podemos tomar como exemplo os cercamentos ocorridos na Inglaterra a partir do século XVII, marcando a transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista. No modo de produção feudal a terra era um bem comum para a produção camponesa. A partir do momento em que se processou a transição para o modo de produção capitalista, a terra passou a ser encarada como um bem de produção e, desse modo, uma parte dos senhores feudais, junto com a camada mais rica dos pequenos e médios proprietários da época, começaram a cercar as terras, arrendando-as como

pastagens para a criação de ovelhas, e delas expulsando os camponeses. O processo intensificou-se no século XVIII. A lã das ovelhas abastecia as manufaturas de tecidos e os camponeses migravam para as cidades em busca de trabalho nas manufaturas, disponibilizando um grande contingente de mão de obra, o que mantinha os salários baixos. Enquanto a burguesia acumulava patrimônio e moeda, capitalizando-se, os trabalhadores foram sendo limitados à condição de assalariados, donos unicamente de sua força de trabalho. A burguesia preparava-se, então, para o completo controle dos meios de produção, o que se consolidaria definitivamente com a Revolução Industrial. Assim, os cercamentos aparecem como um recurso utilizado para adequar o meio rural ao capitalismo comercial e reorganizar a produção, tornando-a mais eficiente nos moldes do capitalismo emergente, a partir do desvio do uso da terra para a criação de ovelhas - tarefa que requeria pouca mão de obra e destinava-se à produção de lã para exportação. Assim, formou-se um enorme contingente servil no campo, expropriado de suas terras e demais meios de produção. Sem opções, essa massa de trabalhadores dirigiu-se para as cidades, onde se tornou disponível para, mais tarde, ser empregada na colonização da América e, principalmente, nas unidades fabris durante a Revolução Industrial. Esses trabalhadores eram parte do chamado exército industrial de reserva e deslocavam-se em condições precárias para e nas cidades. Geralmente habitavam antigas casas senhoriais extremamente subdivididas, transformadas em cortiços, símbolos da péssima qualidade de vida, sem qualquer proteção*.

Também a colonização americana aparece como um momento de acumulação primitiva do capital, no qual a expropriação dos recursos naturais americanos e a exploração de mão de obra escrava indígena e

* www.wikipedia.org

africana foram grandes motores da construção do modo de produção capitalista, assim como a ampliação dos mercados de consumo. Com o fim do escravismo no Brasil, assim como em diversos lugares do mundo, os escravos libertos passaram a desempenhar um papel semelhante ao dos camponeses ingleses no que se refere à constituição de um exército de mão de obra de reserva. Ou seja, o princípio da liberdade trazido pela Revolução Francesa se concretizou no processo histórico como a liberdade dos indivíduos em relação aos meios de produção. Livres dos meios de produção, a única propriedade desses indivíduos passa a ser sua força de trabalho. A partir do momento que não são mais escravos, esses indivíduos passam então a ser livres também para participar das relações de mercado (que passam a ser hegemônicas na sociedade capitalista). Porém, dado que sua única propriedade é sua força de trabalho, é ela que será vendida para os proprietários dos meios de produção.

Dado que a força de trabalho de um indivíduo é a única mercadoria existente capaz de produzir valor, ela está no centro das relações capitalistas de produção. E por isso mesmo é essencial para os proprietários dos meios de produção que esses trabalhadores possam, queiram e necessitem vendê-la. Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador agrega valor às mercadorias produzidas, porém, esse “mais valor” produzido pelos trabalhadores lhes é expropriado pelo proprietário dos meios de produção. Por serem livres de tais meios, esses trabalhadores necessitam vender sua única mercadoria (força de trabalho) para conseguir ter acesso aos recursos mínimos necessários a sua sobrevivência. É um cálculo médio aproximado desses recursos mínimos que compõem o salário dos trabalhadores (que o recebem só após o mais valor ser realizado na venda do produto produzido e apropriado pelos proprietários dos meios de produção).

Percebe-se assim como o capitalismo, assim como toda forma de organização social, foi (e ainda é) histórica e socialmente construída, ou seja, uma forma de organização da sociedade construída pelos seres humanos em determinada época histórica. Partindo de tal pressuposto, nos parece pertinente pensar e tentar construir outra dinâmica social que não tenha a reprodução do capital como objetivo central e sim a construção de relações humanas mais justas, assim como a melhoria da qualidade de vida para todos os seres humanos (e não apenas para uma pequena faixa da população mundial). Nesse contexto, a Economia Solidária se mostra como possibilidade de construção de uma sociedade com princípios mais humanos ao propor a propriedade coletiva dos meios de produção e a auto-organização dos trabalhadores. Evidentemente não é possível prever como seria exatamente essa nova forma de organização social. A proposta da Economia Solidária não aparece como um manual pronto a ser seguido, mas sim como uma intenção de construir coletivamente os caminhos a serem percorridos, a partir de princípios como a solidariedade, a democracia, o direito de todos os seres humanos a ter acesso aos bens materiais e culturais produzidos por essa sociedade, o reconhecimento dos diferentes saberes, e o próprio direito de produzir tais bens^{*}.

Uma das estratégias para a tentativa dessa construção são as incubadoras: instituições que atuam na sociedade a partir dos princípios da Economia Solidária, e que têm como público-alvo a população chamada, pela sociedade capitalista, de excluída^{**}. A luta pelo reconhecimento dos saberes

* A própria concepção de bens deve ser revista pois o fim da sociedade capitalista pressupõe a construção de outra relação com a materialidade. Talvez repensar a cisão construída pelo capitalismo entre ser humano e natureza seja o início de um caminho.

** Demonstramos nas linhas anteriores que tal população tem papel específico nessa forma de organização, ou seja, estão, de alguma forma, inseridos nesse sistema.

construídos por essa população, assim como pelo direito à propriedade coletiva dos meios de produção e à auto-organização dos trabalhadores estão no centro dessa estratégia. Porém, dado contexto da sociedade que vivemos (competição, hierarquia, violência, propaganda etc), esse processo passa pela desnaturalização do capitalismo enquanto única e melhor forma de organização, para então começarmos a pensar na construção de uma nova sociedade. Assim, a incubadora tem um difícil papel pedagógico de favorecer o desenvolvimento de sujeitos autônomos e capazes de decidir sobre a reprodução da própria vida, assim como da sociedade na qual está inserido. Tal capacidade pode se dar a partir da apropriação das dinâmicas sociais existentes, assim como do desenvolvimento econômico desses sujeitos. Para tanto, a Incubadora Pública de Várzea Paulista inicia o desenvolvimento de metodologias, junto aos empreendimentos acompanhados, que busquem sua emancipação econômica, política e social^{*}. Contando com uma equipe interdisciplinar, tal estratégia busca favorecer a capacidade produtiva e criatividade das pessoas, reforçando sua disponibilidade para a prática emancipatória. É por isso que o acompanhamento dos grupos não é eterno, e sim um período específico de formação em diversos temas que objetiva que os mesmos consigam caminhar com suas próprias pernas. Por valorizarmos o ser humano, cada grupo trará peculiaridades com as quais nos depararemos enquanto desafios. A presente publicação trará alguns temas abordados no processo de incubação^{**} e sua relação com a Economia Solidária, assim como a potencialidade de uma incubadora pública no que se

* Também nos parece interessante, para pensar uma nova sociedade, a não fragmentação dos conceitos economia, sociedade e política, dado que são apenas recortes de um mesmo processo. Utilizamos aqui tal divisão apenas enquanto um recurso didático.

** Viabilidade econômica e plano de negócios, formalização, comercialização, finanças solidárias, gestão do empreendimento e marco jurídico.

refere a cada tema, não esquecendo que se trata de uma experiência que deve ser permanentemente avaliada e reformulada, a fim de atingir os objetivos aqui expostos. Abordaremos também algumas atividades já desenvolvidas pelo Centro Público de Economia Solidária de Várzea Paulista.

Finanças Solidárias

NESOL-USP

Lucro dos bancos, bolsa de valores, mercado especulativo. Hoje o sentido da economia parece restrito à transações financeiras entre bancos e grandes empresas. Essa visão concebe a economia como um sistema natural de competição por recursos, consumidores, nichos de mercado e maximização dos lucros. Será que isso é falar de economia? Para realizarmos um processo de transformação da sociedade atual é preciso retomar um conceito mais ampliado desse termo. A palavra economia vem de *oikos*, que em grego quer dizer gestão da casa, da vida. Ela diz respeito a produção e distribuição das riquezas para a promoção do bem estar das pessoas.

Ao longo do desenvolvimento das sociedades foram sendo criados diversos instrumentos financeiros com o objetivo de dar maior dinamismo às trocas de bens e produtos nos territórios – surgem assim as moedas e os bancos. Entretanto, o dinheiro passou a ter valor em si e com isso começou a ser guardado e acumulado. Quando o dinheiro vira um fim em si mesmo, perde-se o sentido da economia como produção da vida e ela se torna um processo de acumulação, aumento dos lucros e privatização das riquezas. Hoje quem comanda a oferta de dinheiro são os bancos que têm objetivos privados e seguem a lógica do aumento da lucratividade e diminuição dos riscos. Para isso, investem seus recursos em territórios e empreendimentos que vão garantir o retorno dos investimentos realizados.

Se as finanças visam à especulação e ao dinheiro virar mais dinheiro para poucos, como é possível articular os instrumentos financeiros à proposta da Economia Solidária?

Se a Economia Solidária propõe um modelo de desenvolvimento

baseado na cooperação, na autogestão e na produção de uma economia que vise ao bem estar de todos, as finanças também devem responder a esses princípios. Neste sentido, as finanças solidárias são ferramentas para a promoção das diversas iniciativas de Economia Solidária e sustentação para as novas estruturas sócioeconômicas propostas.

Para a construção desse novo modelo é necessária a participação tanto do Estado quanto da sociedade civil. O Estado tem papel no redirecionamento de recursos para o fomento e apoio destas iniciativas na busca por um outro modelo de sociedade. Nesta perspectiva, a criação de Incubadoras Públicas tem sido um instrumento importante de fomento e apoio às iniciativas de Economia Solidária. Como sabemos, a proposta da Economia Solidária tenta romper com o discurso dominante da competição, fortalecendo o trabalho associado, sem exploração e com maior autonomia dos trabalhadores. Dessa forma, os empreendimentos econômicos solidários tentam sobreviver num ambiente desfavorável à constituição de iniciativas como essa. Além disso, muitos trabalhadores que aderem à Economia Solidária o fazem num primeiro momento em nome da sobrevivência. Assim, os empreendimentos de Economia Solidária são muito frágeis no seu início e precisam de certa ambiência institucional para que possam se fortalecer. Dentro deste contexto, as ações de apoio como processos de formação, assessoria técnica e estímulo à criação de redes e espaços de comercialização são imprescindíveis. As finanças solidárias neste arranjo são a construção de instrumentos de financiamento direto a essas iniciativas. Diversos municípios e estados têm criado fundos públicos para a Economia Solidária com o objetivo de minimizar as dificuldades de acesso a financiamentos gerados pela lógica do menor risco e maior rentabilidade que rege quase a totalidade das instituições financeiras.

É, portanto, muito importante que o poder público crie um arranjo institucional que garanta um apoio integrado às iniciativas de Economia Solidária, contemplando também a criação de instrumentos financeiros inclusive com a aprovação de leis que deem suporte a esse arranjo.

Quando falamos em finanças solidárias há, também, um conjunto de iniciativas construídas pela própria sociedade civil. São estratégias locais que, articuladas à oferta de serviços financeiros, promovem o desenvolvimento de seus territórios tendo como princípio a participação da comunidade.

Uma dessas experiências são os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Diferente de um banco convencional, os bancos comunitários não buscam um local de maior rentabilidade para a sua atuação, pelo contrário, se estabelecem em territórios empobrecidos por esta lógica. Os BCDs visam à promoção da melhoria das condições de vida dos moradores e à apropriação pelos mesmos do sistema econômico e seus instrumentos financeiros. Mais do que uma ferramenta financeira é instrumento de transformação social.

Podemos caracterizar o banco comunitário como um sistema integrado de desenvolvimento territorial que tem o objetivo de dinamizar as economias locais de bairros empobrecidos e fortalecer a organização comunitária. Para isso, utiliza uma moeda social que estimula o consumo na própria comunidade e contribui para manter os recursos gerados circulando internamente. O banco comunitário também concede empréstimos em moeda nacional (R\$) para produtores que não têm acesso ao sistema formal de crédito com juros baixos. Isso aumenta o potencial de crescimento do comércio e produção local. Além disso, concedem empréstimos de consumo em moeda social com objetivo de dar suporte à pequenas despesas do dia a

dia das famílias e aumentar a oferta de moeda na comunidade. Atua, assim, no estímulo à formação de uma rede entre produtores e consumidores.

A análise para concessão dos empréstimos, tanto com moeda nacional quanto em moeda social, é feita a partir de um cadastro baseado na consulta à vizinhança, o que garante uma atuação ativa da comunidade nesse processo. Uma das características do banco comunitário é ter a comunidade como gestora e, para tanto, se torna essencial a criação de um espaço público para o debate sobre o desenvolvimento do bairro. As ações do banco comunitário assumem um sentido na busca da transformação criando um horizonte comum entre os moradores no desenvolvimento econômico e social de determinado território. Há, portanto, uma dimensão econômica articulada à dimensão social e política.

Essa iniciativa é construída a partir das experiências dos moradores de determinado território e de suas dinâmicas locais, reafirmando a característica principal e condição necessária das iniciativas de Economia Solidária - a construção coletiva por aqueles que dela participam. Se no Piauí o banco comunitário surgiu dentro da estratégia de fortalecimento dos produtores locais para o abastecimento de alimentos para a merenda escolar, na periferia da Zona Sul de São Paulo ele está articulado ao circuito cultural local do qual participam artistas, músicos, produtores de saraus, entidades locais e moradores.

O apoio por parte do poder público a essas iniciativas passa por uma construção conjunta com as comunidades. Isso porque ela precisa ser de fato uma demanda da comunidade e uma ferramenta para o desenvolvimento territorial articulado às dinâmicas locais e não uma ação do poder público respondendo à demandas externas ao território.

As finanças solidárias, portanto, não podem ser pensadas descoladas

da proposta de um outro modelo de desenvolvimento. Como vimos com os bancos comunitários, essas iniciativas não são um fim em si mesmo, mas uma parte na engrenagem dos processos de transformação social.

As políticas públicas, portanto, têm papel central tanto no apoio a essas iniciativas surgidas nas próprias comunidades como na criação de outros possíveis instrumentos financeiros que possam dar suporte e sustentação às iniciativas de Economia Solidária.

A comercialização nos Empreendimentos de Economia Solidária

NESOL-USP

A comercialização é normalmente apontada como um dos grandes gargalos para a viabilização dos empreendimentos de Economia Solidária. Não é a toa que no mapeamento da Economia Solidária brasileira, realizado em 2007 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, este foi apontado como grande obstáculo por cerca de 70% dos empreendimentos mapeados no Brasil. Constatou-se também que 80,7% dos empreendimentos mapeados têm uma abrangência comercial comunitária ou, no máximo, municipal, em geral realizando a venda direta ao consumidor ou para intermediários locais. A comercialização local tem diversos aspectos positivos, notadamente a questão da inserção do empreendimento na comunidade e o menor impacto ambiental dada a economia com transporte. São os chamados circuitos curtos.

No entanto, o diagnóstico mostra que a comercialização no local não tem trazido resultados econômicos satisfatórios, requisitando, portanto, ações que podem envolver tanto o fortalecimento da inserção nesse mercado quanto a busca por mercados de maior escala. Já há grande acúmulo no movimento de Economia Solidária em relação a essas ações, com destaque para os resultados da I Conferência Temática de Comercialização Justa e Solidária, realizada em Maio de 2010, cujos eixos estratégicos apresentamos a seguir:

- 1 - Afirmar os princípios e critérios de uma relação de Comercialização Justa e Solidária;
- 2 - Fortalecer a identidade dos produtos e serviços da Economia Solidária em cadeias de comércio justo e solidário;
- 3 - Comunicar e sensibilizar a sociedade brasileira para os benefícios da Economia Solidária e Comércio Justo e Solidário;
- 4 - Utilizar o poder de compra do Estado para o fortalecimento da Economia Solidária e da Agricultura Familiar;
- 5 - Favorecer a circulação e comercialização formal de produtos da Economia Solidária e Agricultura Familiar;
- 6 - Formar e estruturar Empreendimentos de Economia Solidária para a Comercialização Solidária e o Comércio Justo e Solidário;
- 7 - Garantir acesso aos produtos e serviços da Economia Solidária através da aproximação de produtores e consumidores;
- 8 - Promover a integração econômica entre os Empreendimentos da Economia Solidária, na perspectiva de um mercado interno.

Fonte: Caderno Temático da II CONAES

Destaca-se que todas as propostas de atuação pensadas têm como ponto de partida um princípio fundamental: o reconhecimento da identidade dos empreendimentos de Economia Solidária, que tem como ponto de partida o autorreconhecimento e, em sequência, o reconhecimento por parte do poder público e da sociedade. Traduzido em ações práticas, esse reconhecimento desdobra-se nas seguintes possibilidades de comercialização com identidade da Economia Solidária:

A formação de cadeias produtivas de empreendimentos de Economia Solidária;

A constituição de feiras de Economia Solidária com periodicidade regular;

A aproximação a consumidores organizados em grupos de consumo responsável;

O estabelecimento de espaços próprios de comercialização com a identidade da Economia Solidária;

Acessar com prioridade as compras públicas, aproveitando-se da legislação já em vigor como o PNAE e o PAA (para a agricultura familiar) ou por meio de iniciativas locais como o tíquete-feira de Iúna-ES que complementa a remuneração dos funcionários públicos do município com tíquetes que só podem ser gastos na feira local;

A constituição de um circuito de comercialização territorialmente integrado, o que pode ser facilitado pela utilização de uma moeda social ligada a um banco comunitário;

A construção de selos ou marcas coletivas de identificação dos empreendimentos;

Para aqueles empreendimentos mais estruturados, o acesso aos canais formalizados do Comércio Justo.

A possibilidade ou não de implementação dessas ações deve partir de um diagnóstico da realidade e das práticas já implementadas pelos empreendimentos. Em muitos casos a comercialização é apenas o ponto mais visível de dificuldades que podem, na verdade, estar relacionadas à qualidade do produto, altos custos de produção, ausência de capital de giro para financiar uma produção própria, dentre outros aspectos.

Nesse sentido, a construção de uma identidade comercial própria e associada aos valores da Economia Solidária não pode ser vista como uma panacéia que irá resolver todos os problemas do grupo. Trata-se, na verdade, de mais uma ação que busca contribuir com um duplo desafio, o de conciliar a obtenção de resultados imediatos na forma de abertura de canais e de possibilidades de venda com a contribuição para uma transformação nos mecanismos de mercado na perspectiva de construção de formas mais solidárias de interação econômica. É com esses objetivos que a Incubadora Municipal de Várzea Paulista vem atuando junto aos seus empreendimentos, apoiando a construção de uma identidade da Economia Solidária no município, fomentando feiras itinerantes e espaços próprios fixos de comercialização, discutindo com os grupos a formação de preço dos produtos e serviços prestados, e apoiando a comercialização via compras públicas.

Marco Jurídico para as políticas públicas de Economia Solidária

NESOL-USP

A Economia Solidária ressurgiu no Brasil na década de 1980, fruto, por um lado, da intensa crise econômica que abateu o país nas últimas duas décadas do século XX e que - entre outras consequências - provocou desemprego em massa e, por outro, do intenso processo de democratização da sociedade brasileira na mesma década de 1980. Desde então, a Economia Solidária tornou-se uma realidade social, envolvendo milhões de trabalhadores e trabalhadoras em suas atividades; uma realidade econômica, gerando riqueza e renda para inúmeras comunidades e territórios, rurais e urbanos; e uma realidade política, com a constituição de movimentos e a criação de organizações que levaram a incidência cada vez maior do tema ao espaço público.

Contudo, apesar dessa realidade social, econômica e política, os sujeitos da Economia Solidária ainda carecem de serem reconhecidos juridicamente. Tanto os empreendimentos econômicos solidários, caracterizados pela autogestão, cooperação e solidariedade, têm dificuldade de se formalizarem numa forma jurídica apropriada para desenvolverem suas atividades econômicas, como também os próprios trabalhadores da Economia Solidária estão à margem de qualquer conceituação jurídica, se encontrando, quando reconhecidos, no enorme limbo que é o conceito jurídico de trabalhador autônomo.

Em conjunto com a ausência de forma jurídica que reconheça esses sujeitos e seus empreendimentos, e interligado a esse fato, as próprias instituições estatais têm dificuldade de entender e desenvolver políticas

públicas que atendam às necessidades desses sujeitos e, mais do que isso, que efetivem o direito de trabalhadores e trabalhadoras de trabalharem associadamente.

Desta maneira, uma das necessidades para um maior avanço da Economia Solidária diz respeito ao seu reconhecimento institucional e a construção de um marco jurídico da Economia Solidária que possibilite um reconhecimento por parte do próprio Estado para que desenvolva ações e políticas que garantam o direito ao trabalho associado.

As primeiras políticas públicas de Economia Solidária remontam à segunda metade dos anos 1990, quando municípios e governos estaduais passaram a criar estruturas e desenvolver programas e ações com vistas a apoiar e fomentar a Economia Solidária. A partir de 2003, também o governo federal passa a desenvolver políticas estruturadas para apoiar a Economia Solidária no Brasil.

Desde que essas políticas começaram a ser desenvolvidas, um tema permanente tem sido como institucionalizá-las, ou seja, como fazer com que essas políticas sejam incorporadas pela estrutura do Estado, para que, ao invés de políticas transitórias, se perenizem.

Contudo, é importante destacar que institucionalizar uma política é muito mais do que lhe dar permanência no tempo. Mais do que uma estratégia particular de um governo, trata-se de compreendê-la enquanto direito dos milhões de homens e mulheres que vivem e fazem a Economia Solidária no Brasil, e, portanto, enquanto dever do Estado de dispor dos instrumentos que efetivem este direito.

Dessa maneira, é necessário desenvolver marcos jurídicos que, por um lado, possibilitem o reconhecimento por parte do estado do direito ao trabalho associado e, por outro, que dêem possibilidades aos sujeitos sociais

envolvidos com a Economia Solidária poderem reivindicar esses direitos.

De uma maneira geral, um marco jurídico com essas características deve, portanto, conceituar e definir a Economia Solidária de modo que o estado a reconheça, bem como o trabalho associado, como um direito. É necessário, neste sentido, reconhecer juridicamente a Economia Solidária como uma realidade da sociedade brasileira, como direito dos sujeitos sociais que fazem a Economia Solidária, e como dever do Estado brasileiro de modo que este possa fomentá-la, cumprindo seus preceitos constitucionais.

Um segundo elemento do marco jurídico de políticas públicas de Economia Solidária se relaciona com a definição de quais políticas públicas de Economia Solidária serão desenvolvidas pelo estado, ou mais especificamente, quais instrumentos e ações o estado deve desenvolver para garantir os direitos ao trabalho associado.

Estes instrumentos não podem ser meras ações ou programas de governos, mas sim fazerem parte de um sistema público. Portanto, um terceiro desafio é delimitar o desenho institucional da política, ou seja, sua estrutura de gestão e execução. Nesse sentido, trata-se de definir os entes que deverão integrar o sistema e como se organizarão para desenvolver a política. Este desafio prevê também que as políticas de Economia Solidária devam contar com a participação da sociedade civil organizada na elaboração, acompanhamento, execução e avaliação das políticas, ou seja, institucionalizar espaços de participação social no desenvolvimento das políticas públicas.

Depois de delimitar quem são os sujeitos de direito, de apresentar que ações o Estado deve desenvolver para garantir estes direitos, e como o Estado deve se organizar, com a participação da sociedade civil, para que estas ações sejam realizadas, um outro elemento desejável de um marco jurídico

para as políticas públicas de Economia Solidária diz respeito à garantia dos fundos públicos que garantam o financiamento dessas políticas. Uma das principais reivindicações dos empreendimentos econômicos solidários e seus trabalhadores e trabalhadoras é que possam acessar os fundos públicos dos quais tradicionalmente estiveram excluídos. Um marco jurídico deve garantir este acesso.

Por fim, como demonstraram os chamados “novos movimentos sociais”, os direitos nunca são naturais, mas sim, na velha concepção de direito a ter direitos, construções políticas consolidadas a partir de processos de lutas sociais que visam à ampliação da democracia e à transformação da sociedade.

É nessa dimensão que os sujeitos envolvidos com a Economia Solidária estão há anos se mobilizando e reivindicando o direito ao trabalho associado e à construção de marcos jurídicos apropriados para sua realidade. Dessa forma, a luta do movimento de Economia Solidária pela construção de direitos aponta que, mais do que uma discussão pretensamente técnica, os debates em torno do marco jurídico da Economia Solidária fazem parte de um processo de construção de identidade e de estratégias de mobilização, de construção de agendas e de busca por reconhecimento .

Quadro das Principais leis

Sociedades cooperativas

Constituição Federal

Art. 5o, XVIII (proíbe a interferência estatal no funcionamento das cooperativas);

Art. 146, III “c” (adequado tratamento tributário ao ato cooperativo);

Art. 174, § 2o (apoio e estímulo ao cooperativismo/ associativismo);

Art. 187, VI (cooperativismo rural); e

Art. 192 (cooperativas de crédito).

Código Civil de 2002

Arts. 1 093 a 1 096

(trouxeram algumas importantes mudanças à lei geral do cooperativismo).

Outras leis

Lei 5764/71 (lei geral do cooperativismo).

Lei 9867/1999 (cooperativas sociais).

Lei 10666/2003 (altera legislação previdenciária).

Lei 12690/12 - Nova Lei de Cooperativas de Trabalho.

CLT, Art. 442, § Único (inexistência de vínculo de emprego).

Associações

Código Civil - artigo 53

Decreto 3049/99, art. 206 (sobre isenção de contribuição previdenciária)

Lei 9790/99 - Organização da Sociedade Civil de Interesse

Público - OSCIP

Outras

PL 4685/2012 - Projeto de lei geral da Economia Solidária

Lei Complementar 128/2008 - Lei do Micro Empreendedor Individual

Lei 11101/05 - Lei de Falências

Orientação e assessoria para o fortalecimento dos Empreendimentos de Economia Solidária no município de Várzea Paulista

Aguinaldo Luiz de Lima – ALL Contabilidade

Os empreendimentos de Economia Solidária sem orientação e assessoria técnica continuada ficam fragilizados e impossibilitados de sua inserção efetiva na economia.

Mesmo em lugares que fomentam a Economia Solidária foi verificado que diversos empreendimentos deixaram de existir por falta de orientação e assessoria técnica.

Conforme definiu o documento final da II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília em Junho de 2010, a assessoria técnica, assim como a formação;

(...) são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à economia solidária tanto através da apropriação/tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento de cadeias econômico-solidárias e redes de cooperação. Envolve a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e consideram o contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida. (II CONAES, 76).

O desenvolvimento de uma política municipal que tenha por objetivo dar sustentabilidade aos empreendimentos econômicos solidários necessariamente precisa prever a orientação e a assessoria técnica.

Neste sentido, em Várzea Paulista, considerando as especificidades locais e as possibilidades criadas com a constituição da Incubadora, é fundamental pensarmos em uma proposta com dois eixos principais: orientação e assessoria.

Entendemos que um caminho importante nesse sentido é empreender ações de formalização dos Empreendimentos de Economia Solidária no município. Isso porque na informalidade os empreendimentos econômicos solidários não tem acesso às políticas públicas e ao crédito.

Com a ação da Incubadora é possível criar mecanismos que assegurem o acesso dos empreendimentos à formalidade. Nesse sentido, foi contratada uma consultoria em contabilidade para atuar em ambos os eixos: orientação e assessoria.

No eixo de orientação entendemos como ações fundantes: oficinas de orientação para os grupos, oficinas de formação de formadores para a equipe técnica da Incubadora e o desenvolvimento de um material de apoio. As oficinas de orientação têm o papel de atender os grupos acompanhados e a partir da sua atividade econômica, orientar para a formalização. As oficinas de formação de formadores têm o objetivo de ampliar o apoio à formalização dos empreendimentos econômicos solidários formando a equipe técnica da Incubadora. Já o desenvolvimento do material de apoio servirá de suporte para a continuidade das ações de formalização dos empreendimentos.

De outro lado, o eixo da assessoria é concebido em duas ações: formalização e acompanhamento.

A formalização prioriza o atendimento aos trabalhadores interessados em formalizar-se a partir da legislação do microempreendedor individual – MEI. O acompanhamento assessoria os microempreendedores individuais formalizados visando o cumprimento das obrigações mensais e anuais, conforme previsto na legislação.

Com estas primeiras ações de orientação e assessoria técnica, inicialmente priorizando a formalização dos empreendimentos de Economia Solidária, acreditamos que a Incubadora no Município de Várzea Paulista está no caminho para a consolidação de uma política municipal de fomento e apoio à Economia Solidária.

A gestão de empreendimentos de Economia Solidária: entendimentos e desafios

NESOL-USP

A gestão de um empreendimento econômico é uma atividade fundamental para que este funcione e seja bem-sucedido. Ao olhar para a gestão de um empreendimento, estamos falando em acompanhar e cuidar das diversas atividades do empreendimento para que ele alcance seus objetivos. Como o maestro em uma orquestra, é necessário estar atento ao que está acontecendo com cada instrumento, saber quando um entra e outro sai, qual a intensidade de cada um (mesmo que não saiba tocar todos os instrumentos) para que, ao final, todos ouçam uma apresentação musical completa e integrada.

Num empreendimento de Economia Solidária a gestão tem um caráter específico: é realizada pelos próprios trabalhadores e não por um patrão ou chefe. Por isso, é fundamental que os trabalhadores entendam como ocorre a gestão, quais questões precisam ser discutidas e quais decisões precisam ser tomadas. A gestão feita pelos próprios trabalhadores, isto é, a autogestão, segue princípios diferentes da gestão realizada em organizações hierárquicas, que buscam o lucro máximo e o custo mínimo. Na Economia Solidária todos são responsáveis pela gestão, que é construída com base nos princípios democráticos no ambiente de trabalho. Esse trabalho da gestão valoriza, acima de tudo, o ser humano e busca bons resultados com o equilíbrio dos recursos, o respeito ao meio ambiente e ao bom viver de todos.

Na prática, busca-se a construção cotidiana de procedimentos e dinâmicas que fortaleçam a democracia no trabalho como: a abertura de

espaços para discussão coletiva dos assuntos relativos ao empreendimento, a adoção de mecanismos de transparência das informações e a resolução de conflitos em ambiente propício à negociações em que todos podem se colocar. Todos têm o direito a participar das decisões sobre a gestão e o futuro do empreendimento, o que ocorre especialmente em reuniões e assembleias (sejam gerais, extraordinárias, mensais ou semanais), mas também informalmente no próprio cotidiano de trabalho.

A gestão consiste em acompanhar e cuidar das diversas atividades do empreendimento, que podem ser realizadas por trabalhadores designados para tais atividades, que vão desde a produção (ou realização do serviço) e a relação com as pessoas (com os próprios trabalhadores, dentro do empreendimento, bem como com parceiros e clientes) até as questões financeiras, comerciais e operacionais, tais quais: como organizar o dinheiro, como fazer orçamentos, como determinar os preços dos produtos/serviços, como planejar o que se pretende fazer, como saber se é possível fazer determinado produto, entre outras.

Colocar em prática estas atividades não é tarefa fácil, especialmente quando se trata de dinâmicas já arraigadas na nossa sociedade de forma pouco democrática e que necessitam de conhecimentos específicos. Prof. Paul Singer* traz o exemplo da relação da gestão com as questões contábeis nos empreendimentos de Economia Solidária:

A contabilidade (...) tem por função coletar, processar e inter-relacionar os resultados monetários e não-monetários de todas as atividades da empresa. Há uma contabilidade que se insere no sistema capitalista,

* SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia Maria Portella (org.) Economia solidária e educação de jovens e adultos. p.18.

em que as informações fluem de baixo para cima e as ordens de cima para baixo. As contas são feitas para que a cúpula-dirigente possa tomar decisões. Outra é a contabilidade que se insere na Economia Solidária, em que é dever dos dirigentes informar à base – o conjunto de trabalhadores – sobre a situação da empresa, para que esse coletivo possa tomar decisões. É a base que dá as diretrizes à administração que ela escolheu e pode substituir quando achar que não está correspondendo.

Há aí muitos desafios. Primeiro, estamos lidando com conhecimentos bastante específicos, como a contabilidade. Só isso já é motivo para intimidar os trabalhadores, que muitas vezes não sentem que são capazes de aprendê-los. Segundo, estes conhecimentos em geral são trabalhados de maneira diferente na prática capitalista, na qual o que conta é somente a eficiência, além de o poder da tomada de decisão ser confiado àqueles que aplicaram capital na empresa (ou a alguém por eles designado) e os trabalhadores apenas executam o que foi decidido, muitas vezes sem saber o porquê. Por fim, para essa nova prática baseada nos princípios democráticos no trabalho, é preciso construir novas formas de trabalhar as informações e conhecimentos para que sejam acessíveis a todos e se adequem aos propósitos da Economia Solidária.

Lidar com conhecimentos específicos, como por exemplo saber elaborar adequadamente os contratos com consumidores e fornecedores, saber pagar os impostos corretamente, saber organizar as contas do empreendimento (para calcular o preço do produto, determinar a remuneração dos trabalhadores, saber quanto é possível comprar de insumos, quanto é possível investir em melhorias do processo produtivo etc), pode ser de grande dificuldade para os trabalhadores que podem não

se sentirem capazes de aprendê-los ou mesmo não perceberem que já sabem fazê-lo de outra forma (como o registro das contas da sua própria casa). É preciso desmistificar esses conhecimentos e ver que a solução para lidar com eles não está fora do empreendimento (numa pessoa que entrará no grupo e saberá fazer tudo isso, quando conseguirem crédito, quando se formalizarem e tiverem nota fiscal, etc). Claro que, em algumas situações, é necessário contratar o serviço de um profissional a parte, como contadores e advogados. Porém, mesmo para essa contratação, é necessário entender o que se espera do serviço, como registrar e passar as informações adequadas, etc. E isso são os próprios trabalhadores que terão que aprender a fazer, aproveitando-se dos conhecimentos que já têm.

Dependendo da área de atuação e do tamanho do empreendimento, pode-se decidir por designar responsáveis, organizar comissões ou grupos de trabalho ou estruturar departamentos para áreas específicas. De qualquer forma, seja o empreendimento menor ou maior, é preciso olhar para essas áreas e definir como irão funcionar. Isso significa planejar o que se quer de cada área, organizá-las, coordenar suas atividades e acompanhar sua realização:

- . Planejar consiste em determinar onde se quer chegar e definir quais as atividades necessárias para isso, quem irá realizá-las e até quando;

- . Organizar compreende criar os recursos e o ambiente adequados para que o planejado seja executado;

- . Coordenar significa orientar as diversas ações de modo integrado para se chegar ao planejado;

- . Por fim, acompanhar é a atividade periódica de olhar para o que vem sendo realizado, avaliando se está na direção do planejado.

Mesmo a realização das atividades cotidianas de gestão ou de alguma

questão administrativa específica pode ser designada pela assembleia ao conselho de administração ou a uma comissão específica (como citado no exemplo do Prof. Singer). Isso pode ocorrer devido à complexidade das atividades ou ao grande volume de pequenas decisões a serem tomadas no cotidiano. É importante aí deixar claro quais tipos de decisão o conselho de administração (ou comissão) tem autonomia para tomar e para quais tipos de decisão é preciso chamar uma assembleia e decidir com todos os trabalhadores, que inclui as questões mais importantes e estratégicas para o empreendimento.

Na assembleia, órgão máximo de deliberação do empreendimento, o conselho de administração (ou comissão designada) deve se preparar para levar as questões a serem discutidas por todos. Os trabalhadores, por outro lado, devem sempre acompanhar o trabalho da gestão e o funcionamento do empreendimento para que consigam entender as questões colocadas e participar da tomada de decisões. Afinal, é preciso conhecer o que acontece no empreendimento para discutir, refletir e tomar decisões sobre o mesmo de maneira democrática.

Entendendo o processo de incubação dos empreendimentos de Economia Solidária enquanto um processo formativo, é central o papel da Incubadora no sentido de estimular os integrantes dos empreendimentos a se apropriarem dessas discussões e ferramentas, com o objetivo de que, passado o processo de incubação, os trabalhadores tenham segurança para realizar uma boa gestão, fazendo eles mesmos ou sabendo orientar e monitorar o trabalho de um profissional específico contratado. Parte desse processo é desmistificar junto com os empreendimentos o fato de que eles não conseguem fazer a gestão sozinhos, assim como levar ferramentas que eles possam utilizar no seu cotidiano de trabalho.

Plano de Negócios: princípios Metodológicos

NESOL-USP

Muitas vezes, o Plano de Negócios é entendido como uma mera formalidade de um empreendimento ou, em alguns casos, como uma exigência para o acesso à políticas públicas e de crédito. Mas esse instrumento pode ir muito além desses objetivos e tornar-se um verdadeiro ponto de apoio para o planejamento coletivo e a democratização dos potenciais e riscos envolvidos em um projeto econômico. Esse é o objetivo da ferramenta aqui proposta.

Para ser mais do que uma exigência burocrática, o formato do plano de negócios deve permitir a expressão dos diferentes olhares que o grupo tem sobre o seu empreendimento, incitando questões que passariam despercebidas pelo coletivo e que, em função da ferramenta, são trazidas à tona e tornadas temas de debate e acordo mútuo. Não se trata de dizer se um empreendimento é ou não viável, mas de levantar e organizar informações para que o grupo responsável por sua elaboração enxergue os diferentes cenários possíveis para a realização da atividade pretendida e os resultados esperados para cada um desses cenários. Para isso, o plano de negócios tem que ser um mecanismo dinâmico, de fácil revisão, incorporação de informações, além de permitir a visualização de diferentes resultados.

Assim, concebemos o plano de negócios não apenas como um ponto de partida da atividade econômica, mas como uma fonte permanente de consulta e análise para o bom desenvolvimento dessa atividade. O grupo deve se voltar cotidianamente ao seu plano e ser capaz de reformulá-lo, conferindo seus dados e revisando o conjunto de seus parâmetros, de modo a acompanhar se os resultados obtidos estão de acordo com os

esperados. Essa prática mantém vivo o espírito do planejamento coletivo e a ideia de que o trabalho deve ser um meio para se alcançar os sonhos e os objetivos daqueles que a ele se dedicam. Com realismo e, ao mesmo tempo, expectativa de melhora das condições existentes.

Do ponto de vista técnico, a utilização de planilhas no computador permite a flexibilidade mencionada com relação ao manejo dos dados. Por esse motivo, ainda que muitas pessoas não se sintam confortáveis em trabalhar com esse instrumento, consideramos válida a insistência para que alguns componentes dos empreendimentos aprendam a utilizá-lo. Mas o uso efetivo do plano de negócios como apoio cotidiano às atividades do grupo depende que os resultados expressos nas diferentes tabelas sejam assimilados e compreendidos por todos os integrantes do empreendimento. Pensando nisso, elaboramos* um conjunto de tabelas consolidadas que podem ser impressas ou resumidas na forma de dados (ex: será necessário vender 1.200 cafés por mês), de maneira a facilitar a visualização das diferentes informações e tornar mais palpável a análise coletiva sobre o empreendimento.

O ponto de partida da elaboração de um plano de negócios é a coleta de informações. Muitas vezes concebido como um processo cansativo e moroso, essa tarefa é essencial para o nivelamento dos conhecimentos dos integrantes do grupo em relação à realidade do empreendimento almejado. A resposta para uma pergunta quantitativa como “quanto custa uma reforma” ou “qual o preço do café no mercado”, geralmente é menos objetiva do que se poderia imaginar. Assim, pode-se dizer que o levantamento de informações não é uma atividade meramente mecânica, pois envolve escolhas. Tais

* Adaptação de planilhas a partir do material desenvolvido pela Associação Capina – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa.

escolhas referem-se à fonte, à diversidade e à precisão dos dados com os quais se pretende trabalhar. Em um empreendimento econômico solidário, tais escolhas devem ser feitas coletivamente. Se o grupo passar pelo processo de coleta de dados conjuntamente, a visão individual sobre a qualidade e a veracidade dos dados causará menos distorções e complicações futuras. Por exemplo, se posteriormente o grupo se deparar com um valor de reforma muito superior ao originalmente acordado ou perceber que o preço do café de mercado analisado referia-se a um produto de qualidade muito superior ao que será ofertado pelo grupo, a responsabilidade pelo erro será diluída, e a solução poderá ser trabalhada pelo coletivo.

É importante lembrar que as pessoas que integram um empreendimento econômico têm, cada uma delas, um histórico particular de vida, com uma trajetória que lhe permitiu construir certas concepções sobre o mundo. No imaginário de cada um algumas referências podem ser dadas como certas mesmo sem terem sido colocadas à prova na realidade. O levantamento de dados e as pesquisas de campo colocam, de maneira coletiva, as referências e ideias individuais diretamente em contraste com a realidade. Aqueles que achavam que um determinado bairro não possuía padaria, por exemplo, podem se surpreender ao descobrir um negócio de pães dentro do supermercado que frequentam todos os dias. Outros podem estar seguros de que o atacado mais barato é o da avenida principal e serem surpreendidos pelos baixos preços de um depósito em uma rua secundária. As percepções individuais podem induzir a erros coletivos e o melhor meio de evitar essa situação é confrontando os sujeitos do empreendimento com o cenário concreto e objetivo de suas referências genéricas. Em resumo, um bom plano de negócios começa com um bom levantamento de dados. E estes, por sua vez, dependem do envolvimento e da participação dos integrantes do grupo.

Após uma primeira etapa de levantamento de informações chega-se ao momento de organização dos dados. Nessa fase é comum que se perceba que há inúmeras maneiras de se agrupar as informações conseguidas. Alguns grupos levantam dados a respeito de tudo o que gostariam de ter em um empreendimento mas nem sempre isso condiz com a realidade imediata do grupo que participam. Assim, a ferramenta do plano de negócios deve facilitar a criação de cenários nos quais o grupo possa projetar seus sonhos de um empreendimento ideal e, simultaneamente, simular de maneira objetiva a situação financeira de seu momento atual. A elaboração de cenários equilibra as diferentes expectativas dentro do grupo e descreve quantitativamente o que se pode esperar obter como renda daquela atividade econômica e o volume de trabalho necessário para esse fim.

Com esse objetivo, as planilhas elaboradas no plano de negócios já apresentam as principais contas necessárias com relação aos custos e projeções de vendas de diferentes produtos dos empreendimentos, fornecendo o ponto de equilíbrio geral de vendas em Reais e das quantidades no ponto de equilíbrio de cada produto. A planilha também já inclui a elaboração de diferentes cenários, considerando a situação atual do empreendimento, a situação pretendida pelo grupo e o cenário em caso de pagamento de crédito. Os diferentes cenários comportam mudanças do ponto de vista de novos investimentos e também do item “Remuneração Mínima dos Associados”, o que possibilita a inclusão de diferentes expectativas de remuneração mínima mensal por associado.

A expectativa da renda é uma das questões que mais controvérsia e frustração gera quando um empreendimento começa a funcionar. Questões que aparentemente seriam consensuais podem apresentar dimensões bastante distintas no imaginário de cada integrante. Daí a importância

do grupo discutir e elaborar um plano relativo às retiradas possíveis de cada um e para cada período e o trabalho a elas associado. Se o plano de negócios permitir a equalização das necessidades imediatas e a projeção das perspectivas do futuro, as dificuldades acima mencionadas poderão ser amenizadas.

Entendemos, assim, que o plano de negócios é muito mais do que uma ferramenta de viabilidade econômica. Se bem aplicado, ele pode tornar-se um mecanismo capaz de tirar o planejamento e o sonho da esfera individual e transferi-los para a esfera coletiva, apoiando a construção de experiências econômicas verdadeiramente autogestionárias. Uma Incubadora de empreendimentos de Economia Solidária tem, nesse contexto, o papel de apoiar a elaboração do plano de negócios dos grupos. Não fazer por eles, mas sim trazer a dimensão e importância, assim como apoiar a construção e constante reelaboração da ferramenta.





Parte III

A Incubadora pública
de Várzea Paulista:
Contribuições práticas

Incubadora Pública de Várzea Paulista

A Incubadora Municipal de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de Várzea Paulista tem como objetivo fomentar e incentivar empreendimentos populares (coletivos ou articulados em redes) no município por meio de assessoria técnica para gestão coletiva, jurídica e contábil. A Incubadora poderá ainda conceder o uso de espaços e equipamentos públicos para utilização desses empreendimentos durante um período de formação e acompanhamento, designado pela equipe técnica da incubadora.

O incentivo à formação de empreendimentos econômicos solidários se dá, a princípio, a partir do oferecimento de cursos gratuitos para a população de baixa renda. Desses cursos, aqueles interessados em montar um empreendimento são acompanhados e assessorados nas questões cotidianas que se referem à organização, legalização e gestão de um empreendimento coletivo, a partir dos princípios da economia solidária. Para além dos cursos, pessoas já qualificadas nessas áreas profissionais, identificadas a partir de um mapeamento realizado no município, também são convidadas a compor os empreendimentos acompanhados.

Durante os anos de 2011 e 2012 foram oferecidos cursos em diversas áreas: alimentação (confeitaria, chocolataria e panificação), construção civil (pintura interna e externa, texturização, gesso, revestimentos e pequenos reparos elétricos e hidráulicos), da beleza e bem estar (manicure e pedicure, massagem, maquiagem, corte, química, penteados, designer de sobrancelhas e depilação). Foram também realizados cursos nas áreas de artesanato, grafite e DJ, organização doméstica, e montagem e manutenção de computadores. Participam dos cursos pessoas de diferentes idades e

contextos, mas a maioria é composta por mulheres de baixa renda que têm entre 30 e 60 anos de idade.



“Estou fazendo algo que todos estão gostando. A mudança desse curso na minha vida é que abriu meu campo de conhecimento”

Davis Rodrigues
Curso de panificação

A Incubadora Municipal de Várzea Paulista é ainda uma experiência recente; como toda tentativa de mudança, enfrenta dificuldades e desafios, mas também aponta avanços. Com o objetivo de aprimorar o trabalho desenvolvido e superar os desafios foram diagnosticadas algumas dificuldades enfrentadas. Atualmente a Incubadora é mantida sob decretos de cessão de espaços e equipamentos. Nesse sentido, um dos desafios vividos hoje é a aprovação de um projeto de lei (que está em tramitação) que vislumbra maior estabilidade para o desenvolvimento das ações.

“Acho interessante e gratificante. Vou por na prática o que aprendi”

Maria de Lourdes Pereira da Silva
Curso de textura

“Esse curso me abriu muito a cabeça, comecei a ter uma nova visão sobre pintura e grafiato”

Noeli dos Santos Souza de Jesus
Curso de Textura



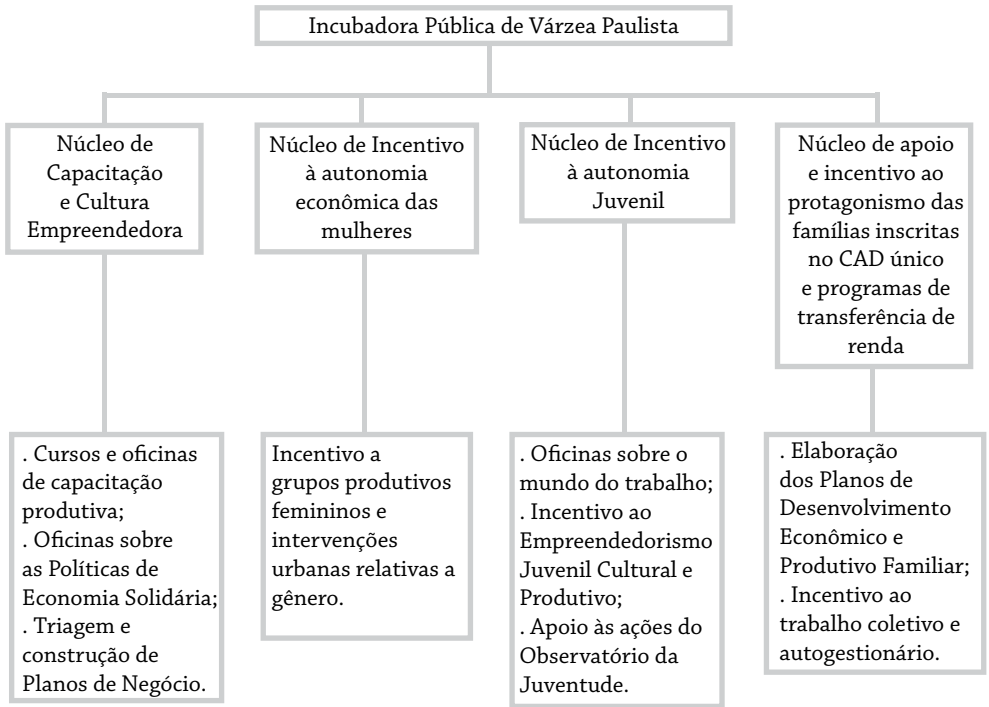
No que se refere ao acompanhamento e assessoria aos empreendimentos, um dos principais desafios encontrados é a falta de iniciativa e o conflito entre alguns participantes dos grupos. Podemos entender como causas possíveis desses desafios o fato de se tratar de uma proposta que critica o sistema capitalista vigente, sendo necessária uma mudança de paradigma para ver os companheiros de grupo como parceiros e não como adversários. A dificuldade dessa mudança aparece também em alguns participantes na forma de falta de comprometimento com o projeto ideológico, quando reduzem a questão apenas em torno da expectativa de renda. Além disso, as áreas físicas para o desenvolvimento dos cursos e produção dos grupos acompanhados ainda são insuficientes. Por outro lado, são notáveis os avanços no que se refere à melhoria na autoestima dos participantes, para além do aumento da renda familiar dos mesmos. Também os fluxos de ações de incentivo e educação popular do município estão sendo consideravelmente aprimorados.

“Caminho para um futuro melhor. Vim para fazer parte porque foi um meio que achei de obter renda familiar”

Diva Alves
Curso de Artesanato



Organograma da Incubadora Pública de Várzea Paulista



Metodologia de incubação da Incubadora Pública de Economia Solidária de Várzea Paulista

Público alvo 1: Beneficiários de programas de transferência de renda e referenciados nos centros de referência da assistência social prioritariamente, além dos demais municípios .

1

Proporcionar cursos de capacitação profissional aos beneficiários de programas de transferência de renda e municípios de Várzea Paulista, com a duração mínima de 6 meses (98 horas). Realizar oficinas sobre economia solidária, abordando os princípios e o modelo da política no município;

2

Após o curso, há uma triagem (que também pode ser feita ao longo do curso), seguida de um estudo de viabilidade econômica individual e para grupos.

3

Articulação de pessoas com especialidades em comum dentro das áreas ofertadas para formação de grupos autogestivos. Nesse momento são oferecidas oficinas sobre economia solidária abordando autogestão e associativismo.

4

Aulas práticas em laboratórios e espaço de incubação por no mínimo 12 meses, acompanhadas pela equipe técnica da Incubadora. Ainda que gere renda, este não é o objetivo principal do período de incubação, e sim a formação e capacitação para que os grupos possam gerar renda autonomamente após esse período.

5

Após análise aprofundada da equipe de gestão da incubadora, a desincubação é o momento em que o grupo concretiza a aplicação do plano de negócios desenvolvido durante o processo de incubação, encerrando o ciclo dentro das instalações da incubadora pública.

6

A pós-incubação se dá com o acompanhamento do plano de negócios do empreendimento pela incubadora durante o período de 6 meses.

Público alvo 2: Municípios e pequenos empreendedores dos territórios em processo de desenvolvimento local

1

Triagem e estudo das potencialidades e necessidades de empreendimentos já existentes.

2

Estudo do plano de negócios (se houver). Encaminhamento para oficinas de estudo e desenvolvimento de plano de negócios. Oficinas sobre economia solidária e redes e cadeias produtivas solidárias (no próprio território do empreendimento).

3

Plano de negócios construído.

Quadro comparativo

Gestão em empresas capitalistas

Gestão em EES

Valoriza apenas a maximização da produção

Valoriza o ser humano e o meio ambiente

Visão de lucro para uma só pessoa

Não visa o lucro e sim a divisão dos ganhos e perdas entre os membros do EESs.

Competição entre membros

Gestão coletiva de um fundo.

Hierarquia

Trabalho coletivo sem hierarquia

Disputa de poder

Solidariedade

Imperialismo

Autogestão, democracia

Exploração do trabalho

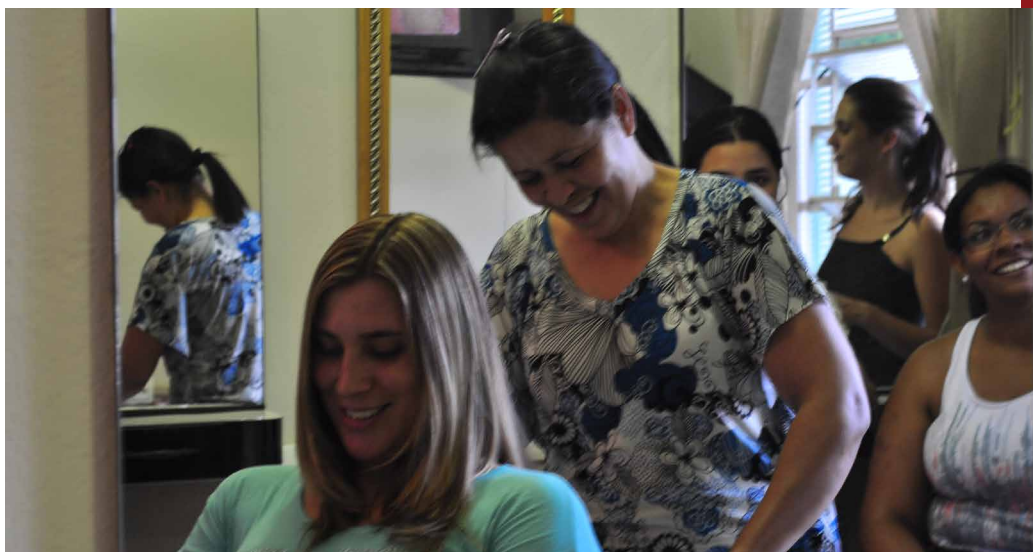
Dignidade do ser humano

Grupos

Apresentaremos a seguir um diagnóstico levantado sobre cada área de atuação acompanhada pela Incubadora. Tal diagnóstico é essencial para planejar as ações futuras, visando superar os desafios e dificuldades existentes.

Grupo Casa da Beleza

Grupo em processo de incubação, composto por oito mulheres arrimo de família, 90% delas referenciadas nos CRAS. As mulheres, que contam com certificados de capacitação em estética e beleza, prestam serviços de manicure, cabeleireira, massoterapia, depilação e design de sobrancelhas. O grupo tem equipamentos para o bom funcionamento do empreendimento e conta com espaço cedido pela prefeitura para prestar o serviço. Ainda que seja um grande avanço contar com tal apoio, ainda há a necessidade de ampliação do espaço físico. As integrantes contam com boa retirada mensal e fazem a gestão coletiva de um fundo comum.



Um importante papel da Incubadora está em auxiliar o grupo no enfrentamento de possíveis dificuldades de relacionamento interno, trabalhando com aspectos interpessoais e relacionais. Outro papel importante é auxiliar as mulheres na gestão do empreendimento, incentivando elas a buscarem maior qualificação e capacitação profissional.

Outra preocupação atual é avançar no vínculo entre o grupo e a equipe de incubadora, preparando o processo de desincubação, sempre visando não estabelecer uma relação de tutela, e sim de apoio e assessoria para o desenvolvimento da sua autonomia. As dificuldades apresentadas pelas integrantes do grupo são: divulgação do empreendimento e necessidade de ampliação dos cursos oferecidos. Os principais avanços apontados são a profissionalização, aprendizado e oportunidade de entrar no mercado de trabalho, a autonomia financeira para ajudar a família, aumento da autoestima e maior sociabilização.

Grupo Lab Café – Delícias e Cafés

Grupo em processo de incubação composto por cinco mulheres. A maior parte das mulheres possui mais de 30 anos e é arrimo de família, possuem mais de 2 filhos e são referenciadas nos CRASs. Quase todas contam com ensino médio completo e passaram pelos cursos de qualificação e capacitação profissional cedidos pelo Centro Público de Economia Solidária. Produzem pães, doces, bolos, salgados e chocolates artesanais. Contam com um ponto de venda cedido pela prefeitura, onde servem também sucos e cafés.

Os principais desafios do grupo são a gestão de vendas e o atendimento ao consumidor, e a criação de mecanismos para aumentar a capacidade

Grupos

produtiva. Nesse pequeno caminho trilhado até agora alguns desafios já foram superados: a padronização da apresentação das integrantes do grupo através da elaboração de aventais personalizados, aumento da qualificação profissional, melhoria da autoestima e das relações interpessoais e o estímulo à autonomia produtiva.

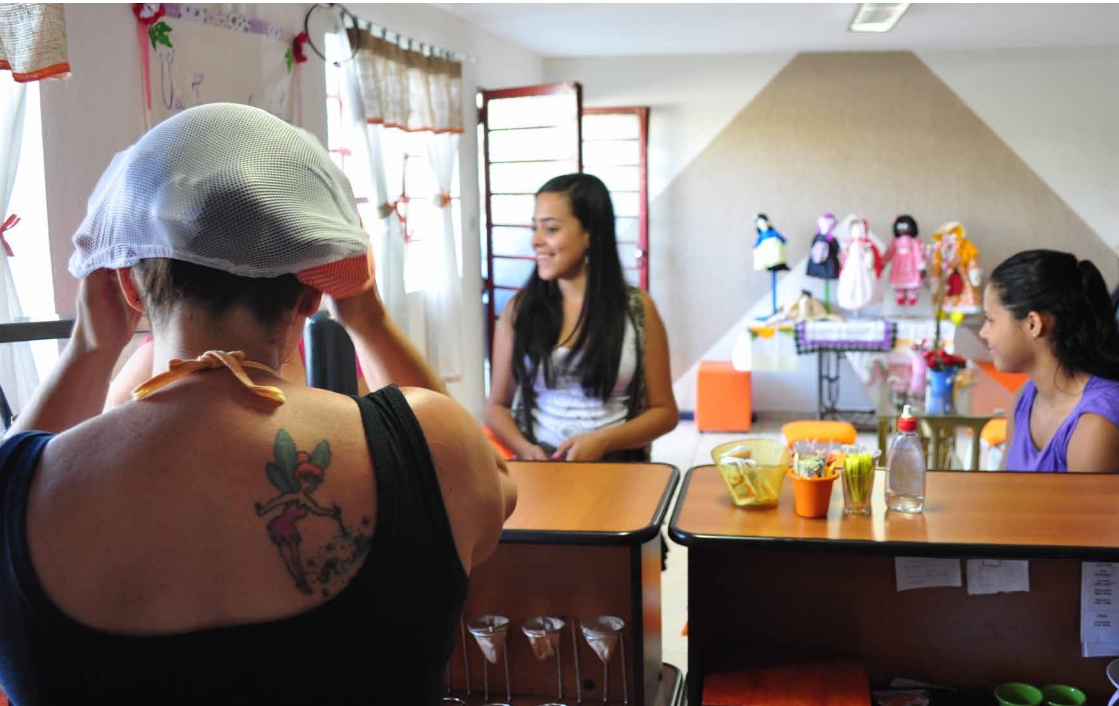
Ao término do período de incubação as integrantes do grupo pretendem montar um empreendimento econômico solidário.

“Eu gosto de compartilhar os meus saberes e fazer novas amizades”

Risioneide Ap. Dos Santos Moura

“Tenho vontade de vir para cá porque aqui eu esqueço dos meus problemas e faço novas amizades”

Eva Aparecida Ribeiro



Grupo em incubação composto por mulheres, metade delas referenciadas nos CRAS. Produzem bolsas, carteiras, eco-bags, produtos em patchwork, bonecas, panos de prato, toalhas, blocos de anotações, marcadores de livro em papel reciclado, chaveiros, almofadas, trabalhos em crochê, fuxico etc. Constituído há cerca de 6 anos, diferentemente dos outros grupos, as integrantes da Casa do Artesão buscaram o projeto como uma forma de relacionamento interpessoal, não desconsiderando a geração de renda. Contam com bom espaço físico para o trabalho, incluindo um atelier de costura e uma sala com máquinas para confecção. Para o escoamento dos produtos contam com o mesmo espaço disponibilizado para o Lab Café. A utilização do mesmo espaço ajuda na divulgação dos produtos dos dois grupos.

Há ainda desafios de ordem técnica, como o aprimoramento de estratégias de marketing em relação às tendências de mercado, técnicas de gestão do negócio e atendimento ao consumidor. Frente a esses desafios a Incubadora já está trabalhando com o grupo a criação de produtos para o desenvolvimento de uma identidade própria do município.

As integrantes do grupo apontam mudanças significativas em suas vidas como, por exemplo, a experiência com artesanato, a capacitação profissional, a convivência com as demais integrantes do grupo, a solidariedade entre elas, o complemento na renda, a motivação para aprender mais e o fato de tornarem-se pessoas mais alegres e menos solitárias.

“Gosto muito de artesanato, estou usando como um complemento de renda e também como terapia. Caminho para crescer, progredir, descobrir. Vim fazer parte da economia solidária por acreditar no projeto. Conheci os cursos através de uma feira que eu participava. O curso me deu a oportunidade de mostrar meu trabalho e melhorar a técnica”

Maria José Barbosa da Silva

“Vim fazer parte do projeto Economia Solidária para aprender mais, ter mais conhecimento, e fazer amizades. Foi muito gratificante. Esses cursos mudaram minha vida para melhor”

Adélia de P. Santos

“Evolui como pessoa, fiz novas amizades, melhorei minha autoconfiança e obtive um estímulo à autonomia produtiva”

Keli Cristina Fernandes Neris



Grupo de Construção Civil

O curso de construção civil já conta com uma turma formada e outra em andamento. O objetivo é formar um grupo composto por integrantes das duas turmas, a maioria mulheres. Os cursos contaram com recursos de equipamentos e espaço físico. O processo encontra-se no início, sendo o primeiro desafio a organização dos interessados em montar um grupo produtivo. O passo seguinte é o início do processo de incubação, continuando a capacitação e qualificação técnica, aprofundando os conhecimentos em Economia Solidária, trabalho coletivo e autogestão. Alguns participantes do curso já estão desenvolvendo trabalhos na área, reflexo da boa qualidade do trabalho. Ainda falta maior formação sobre a política de economia solidária no município e gestão do empreendimento.



Grupo de organização doméstica

Grupo que também se encontra em fase de constituição. As participantes das quatro turmas formadas pelo curso de Organização Doméstica estão sendo convidadas a montar um empreendimento de economia solidária nesta área, que já conta com algumas mulheres.



Foco das atuações futuras com os grupos acompanhados

De um modo geral, a partir da experiência com os grupos já existentes, é possível identificar enquanto foco das futuras ações de formação com grupos acompanhados:

- . Promover, de forma contínua, oficinas que possibilitem fomentar de forma sustentável o enraizamento das diretrizes da política de economia solidária;

- . Enfatizar a importância da ética profissional;

- . Enfatizar a importância do aprimoramento constante do produto ou serviço, a partir de cursos profissionalizantes;

- . Fornecer capacitação contínua sobre os princípios da economia solidária, trabalho coletivo, técnicas de vendas, gestão de conflitos, gestão de negócios, atendimento aos clientes, técnicas de marketing etc;

- . Auxiliar os grupos para o trabalho em rede com outros empreendimentos.

Trabalho desenvolvido com os jovens do município

Um dos públicos-alvo da Incubadora Pública de Várzea Paulista é composto por jovens de 13 a 19 anos atendidos pelo Pró-jovem, pelo Ação Jovem e também por outros jovens interessados que vão até os CRASs em busca de apoio mas não participam de nenhum desses programas. Tais jovens são divididos em três turmas (CRAS Central, CRAS Norte e CRAS Oeste) e cada uma participa de um ciclo semanal de formação, sendo um dia da semana dedicado à oficinas de educomunicação, um dia para oficinas de grafite e um dia reservado para formação em economia solidária. Cada turma conta com um monitor de referência, concursado do CRAS.

A formação em economia solidária ficou sob responsabilidade da Incubadora Pública de Várzea Paulista, que contou como o apoio do NESOL/USP para a elaboração do percurso formativo, preparação e aplicação das aulas. O objetivo da atividade foi sensibilizar os jovens munícipes para o trabalho coletivo. Nesse sentido, a formação foi construída a partir de sete módulos temáticos com quatro aulas cada (uma aula por semana em cada território). Os temas abordados foram mundo do trabalho, economia solidária, trabalho coletivo, comércio justo e solidário, finanças solidárias, desenvolvimento territorial e planejamento estratégico. A primeira aula de cada módulo foi uma oficina sobre o tema para a construção dialogada dos conceitos. A segunda aula trouxe uma dinâmica de aprofundamento do tema e a orientação aos jovens que trouxessem na aula seguinte materiais que encontrarem sobre o tema, como por exemplo recortes de jornal e revista, imagens, reportagens, livros e pesquisas na internet. Na terceira aula os jovens foram apoiados na elaboração em grupos de uma apresentação sobre o tema, e a quarta aula contou com as apresentações dos grupos, elaboradas na aula anterior.



“Recebi um convite em casa e procurei o Cras para saber do que se tratava, gostei da proposta e comecei a participar. Agora estou aprendendo sobre o mundo do trabalho com a equipe da economia solidária, quero me desenvolver e saber como agir nesse mundo. Se eu pudesse, gostaria de mudar esse mundo capitalista e acabar com as diferenças. Através deste projeto estou mudando minha forma de pensar. Quero fazer faculdade de direito, pois fico indignada com a injustiça que vejo por aí”

Lidiane dos Santos Silva, 15 anos, está cursando o 1º ano do ensino médio e participa do projeto desde maio de 2011.

“Minha vida mudou. Aqui me sinto aliviada, extravaso, tenho amizades e sou feliz. Ainda tenho dúvidas sobre meu futuro profissional, mas o meu maior sonhos é ser independente”

Simone Alves Batista, 17 anos, está cursando o segundo ano do ensino médio.



“Estou gostando muito das oficinas. É um assunto que ainda não tínhamos conversado. Eu tenho o sonho de ser jogador de futebol, mas é importante aprender sobre as diversas formas de trabalho que tem no mundo”

Alan Henrique, 17 anos, participa do coletivo há cerca de dois anos, juntamente com seu irmão.



“No começo me convidaram para participar e ao passar do tempo gostei tanto que hoje venho por conta própria. Eu era muito tímido, não sabia falar em público e agora falo muito melhor. Meu sonho era ser jogador de futebol, mas com minha idade não tem mais como. Por isso, hoje penso em ser veterinário. Faço curso de administração e já tenho curso de almoxarifado e informática”

Matheus Felipe Pivi, 17 anos, participa do coletivo há 3 anos.

“Fiquei sabendo que tinha esse projeto no CRAS e minha mãe se interessou. Eu também achei legal e por isso resolvi participar. Tenho muito medo do que vou encontrar quando eu começar a trabalhar e esse projeto da economia solidária tem me feito pensar sobre como são essas relações de trabalho. Aqui encontro um ambiente bem agradável onde posso expor minhas opiniões, me sinto bem e faço novas amizades. Estou aprendendo sobre o mercado de trabalho e é legal, pois quando começar a trabalhar vou ter mais experiência”

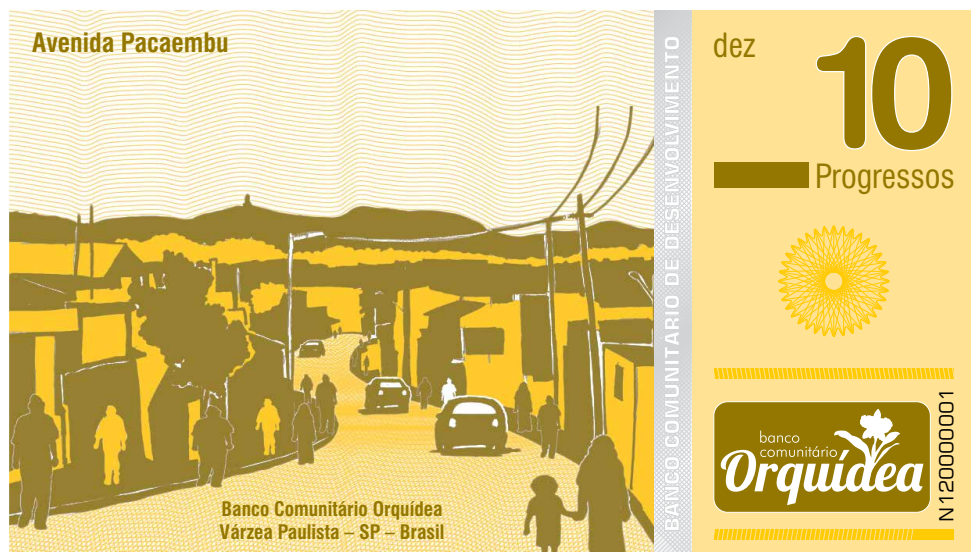
Helen Cristina Bezerra, 16 anos, participa do projeto desde setembro de 2011.



Projeto de territórios Desenvolvimento local econômico e social

O projeto tem o objetivo de incentivar a comunidade a se mobilizar e descobrir as potencialidades locais, visando o desenvolvimento territorial. Conta com um grupo composto por pessoas do poder público e da sociedade civil, voltado para a reurbanização da Vila Real (território de extrema pobreza no município), a implementação da Incubadora Pública de Economia Solidárias e o apoio à organização do Banco Comunitário de Desenvolvimento.

Banco Comunitário de Desenvolvimento Orquídea



Gerido pela própria comunidade, com apoio do Departamento de Economia Solidária do município, da Secretaria Nacional de Economia

Solidária - SENAES e do Núcleo de Apoio às atividades de Extensão em Economia Solidária da Universidade de São Paulo - NESOL/USP, o Banco Orquídea oferece serviços financeiros para a população excluída do sistema financeiro tradicional. Para além do crédito em Reais concedido para pequenos empreendimentos e comércios locais com juros de apenas 1%, o Banco estimula também a circulação de uma moeda local, o Progresso, a partir da concessão de créditos para consumo na moeda social sem a cobrança de juros. A moeda social é lastreada no Real, sendo possível realizar a troca do Progresso pelo Real no Banco Orquídea. Porém, o objetivo da moeda social é estimular o comércio local, fazendo com que a riqueza gerada permaneça na comunidade, a partir da circulação da moeda.

Mesmo sendo uma experiência muito recente (o Banco Orquídea foi inaugurado em setembro de 2012), o Banco já conta com 15 comércios cadastrados e cerca de 15 créditos concedidos. Com o apoio das parcerias existentes será possível também formar os agentes locais que trabalham no Banco a fim de disponibilizarem educação financeira para os empreendimentos que tomam créditos produtivos, assim como para as pessoas que solicitam créditos para consumo.



Cursos de Capacitação e qualificação profissional

Foram realizadas em 2010 pesquisas sobre o interesse em participar de cursos profissionalizantes. Ao todo foram entrevistadas 218 pessoas referenciadas nos CRASs, CREAS e programas da juventude. A partir de parcerias com outras instituições foi possível oferecer gratuitamente pela prefeitura os seguintes cursos:

- . Área de alimentação: confeitaria, chocolateira e panificação;
- . Construção Civil: Pintura interna e externa, texturização, gesso, revestimento e pequenos reparos elétricos e hidráulicos;
- . Organização do Espaço Doméstico;
- . Artesanato: bonecas de pano, brinquedos pedagógicos, patch work, papel reciclado;
- . Grafite e DJ;
- . Montagem e manutenção de computadores;
- . Beleza e bem estar: manicure/pedicuro, massagem, maquiagem, corte, química, penteados, designer de sobrancelhas e depilação;



Há dois grandes desafios. O primeiro, relacionado aos estudantes, tem a ver com a alta evasão dos cursos. O segundo, relacionado aos formadores, está na falta de técnicos que ministrem os cursos profissionalizantes nos princípios da economia solidária, potencializando o trabalho de incubação dos grupos formados a partir dos cursos.

Armazéns da Cidadania

Esse projeto foi elaborado com o objetivo de promover uma política de segurança alimentar diferenciada no município, assim como superar o assistencialismo.



Os moradores de Várzea Paulista referenciados nos programas de distribuição de renda são convidados a participar de ações educativas nas quais são distribuídas uma moeda social – o Saber – que podem ser trocadas

por alimentos em um dos três Armazéns existentes, localizados dentro dos CRASs. O lastreio e a gestão da moeda ficam por conta do Departamento de Economia Solidária que organiza a compra e doações de cestas básicas e outros alimentos que serão disponibilizados para troca nos Armazéns. Um dos desafios importantes é enraizar a compreensão da política de Economia Solidária junto às equipes dos CRAS, acreditando que dessa maneira haverá um maior envolvimento em relação ao projeto.

Feiras de Trocas e Clubes de Trocas

São feiras desenvolvidas visando o desenvolvimento local a partir dos princípios da economia solidária. As feiras acontecem nos três territórios e contam com a participação de vários setores da SMDS no processo de organização, como o Departamento de Economia Solidária, os CRASs e alguns agentes do Orçamento Participativo.



Em cada território circula uma moeda social própria. A moeda da região central é a Meca, a da região oeste é o Solidário, e a da norte é o Legal. As experiências realizadas foram muito exitosas, contemplando tanto os produtores quanto os consumidores locais. Nesse sentido, mostra-se bastante relevante estabelecer uma periodicidade maior na realização das feiras. Um dos desafios importantes é uma maior integração entre as equipes dos CRAS e EcoSol para pensar, realizar e avaliar as Feiras de Trocas.

Oficinas de descompressão de gastos

São oficinas realizadas nos CRAS Central e Oeste com o propósito de auxiliar o planejamento financeiro das famílias. Foram pensadas junto com a criação dos Armazéns da Cidadania e o fomento às Feiras de Trocas. Contam hoje também com o potencial de agregar o público atendido pelo Banco Comunitário.

Os temas das oficinas tratam de economia de energia, água e gastos de telefone; planejamento das compras; acondicionamento dos alimentos de forma a evitar o desperdício e o fomento à compras coletivas para diminuição dos custos. Dada a elevada rotatividade dos participantes, um desafio é a continuidade dos temas; é fundamental buscar parcerias e metodologias que ajudem na elaboração de oficinas adequadas a este perfil de público.

Comissão Popular de Economia Solidária

É uma comissão composta por membros do governo, empreendimentos econômicos solidários e entidades de fomento que discutem e propõem a política de economia solidária no município. Um dos desafios é a maior consolidação dos membros e ampliar a participação das reuniões da comissão. A comissão tem o papel de criar forças para a implantação da política de Economia Solidária no município, criando seu marco legal. Nesse sentido, a discussão de um projeto de lei da Economia Solidária no município é fundamental e esteve em andamento durante todo o ano de 2012.

Impressões sobre os grupos de autogestão: principais avanços e desafios futuros

Rosana Roberta Fornico e Sérgio Abreu

Integrantes da Incubadora Pública

Os grupos de autogestão são grupos que estão no projeto de incubação de EES, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Várzea Paulista, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que fomenta e incentiva atividades produtivas e de geração de renda e trabalho, através da política de Economia Popular e Solidária

Como principais avanços podemos destacar: o fortalecimento das atividades de geração de ocupação e renda numa perspectiva associativista, participativa, autogestionária e de harmonização entre o consumo e a produção de bens e serviços; a elevação da autoestima das integrantes dos grupos de autogestão, propiciar às integrantes a valorização como ser humano, uma vez que participando do projeto elas podem colaborar financeiramente em casa, tornando-se mais independentes, com grandes possibilidades de se desligarem dos programas de assistência social. Destacamos ainda que é notável o bom relacionamento entre a equipe e os grupos e a auto-estima das pessoas que participam dos grupos.

Entre os desafios dos grupos de autogestão podemos destacar: o aprofundamento das relações interpessoais, a projeção de futuro com a construção de planejamentos, maior atenção às questões de marketing e gestão de negócios, bem como do atendimento ao cliente.

Cabe ainda destacar a relação entre os grupos de autogestão e a equipe da incubadora. Na fase de pré-incubação a relação é muito tranquila. A

incubadora tem a obrigatoriedade de fazer com que este processo seja entendido de forma clara e objetiva. A incubadora tem que se colocar no lugar do grupo ao mesmo tempo em que se tornam compreensíveis para os trabalhadores os princípios da economia solidária. As atividades desenvolvidas nesse momento são os primeiros contatos com a comunidade interessada. O levantamento e mapeamento da trajetória ocupacional e pessoal dos interessados, bem como os objetivos e motivos de cada interessado para a formação do Empreendimento; a formação do grupo beneficiário; a discussão sobre o cooperativismo e associativismo e suas modalidades em relação à empresa privada; a avaliação de alternativas e decisão da atividade fim do empreendimento, tais como: pesquisa de mercado, concorrentes, pré-projeto econômico-financeiro.

Na fase de Incubação a relação com os grupos nem sempre é fácil, pois trata-se de um momento de escolhas, onde o grupo e as pessoas que o compõe precisam decidir questões fundamentais em relação ao seu trabalho e ao trabalho do grupo. A quebra da lógica assistencialista ainda é um grande desafio, despertando nos participantes um comprometimento adequado às atividades de geração de trabalho e renda. Nesta fase ainda inicia-se o desenvolvimento de capacidades no plano da gestão (capacitação administrativa) e do desenvolvimento tecnológico (capacitação técnica) tendo como eixo central a educação para cooperação, iniciada na fase de pré-incubação. Dentre as ações desenvolvidas nesta etapa destacam-se as seguintes: capacitação técnica; capacitação administrativa; elaboração do Estatuto e Regimento Interno do Empreendimento; legalização do Empreendimento; acompanhamento sistemático ou assessoria pontual para inserção e manutenção do empreendimento no mercado e conquista da autonomia; avaliação do grau de autonomia do grupo. Podemos perceber

que, progressivamente, há uma maior compreensão do que é o processo de incubação e do desenvolvimento necessário para este processo.

No momento de desincubação a incubadora começa a se retirar dos processos do EES, fazendo-se menos presente e garantindo o alto grau de autonomia que o empreendimento já deve ter condições de apresentar. Nesta etapa a atuação da incubadora deve se limitar ao acompanhamento mensal junto ao grupo, consultorias e apoio pontual às iniciativas do EES, buscando garantir a efetividade das ações que foram empreendidas ao longo de todo processo.

Para viabilizar a continuidade do projeto de Economia Solidária para os EES buscamos sempre fazer parceiras com o governo tanto no âmbito federal quanto estadual, ONG's, Associações e Empresas locais que possibilitem a arrecadação de insumos financeiros para a aquisição de equipamentos e material, proporcionando assim qualidade na formação destes EES dentro da Incubadora.

Por fim, podemos dizer que hoje o município de Várzea Paulista é referência em Economia Solidária, e seu avanço tem sido significativo nestes últimos anos, destacando a qualidade dos cursos ofertados, a referência dos CRAS, a melhoria dos produtos desenvolvidos pelos grupos. Para continuar com esses avanços é fundamental ter como desafios futuros: manter os empreendimentos já existentes; ampliar o número de empreendimentos; tornar a Economia Solidária um projeto de lei municipal; desenvolver um projeto de empreendimento econômico solidário jovem; ter uma equipe com mais servidores efetivos, e ampliar a equipe técnica; concretizar os planos de negócios para os empreendimentos que estão em processo de incubação; fazer o acompanhamento aos empreendimentos que estão em processo de pós-incubação; a capacitação dos professores/educadores dos

cursos de qualificação profissional da Incubadora na temática de Economia Solidária; a continuidade do projeto, tendo em vista a possibilidade de aprovação da Lei de Economia Solidária.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são aquelas organizações: Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados (MTE-SENAES).

Glossário

Autogestão: um dos princípios fundamentais da economia solidária, significa a gestão democrática e a participação dos trabalhadores e trabalhadoras na gestão do empreendimento.

Cadeia produtiva: conjunto de etapas desde a obtenção da matéria-prima até a transformação em produto final e sua venda ao consumidor.

Capital de giro: são recursos que as empresas mantêm em caixa para atender suas necessidades operacionais imediatas. Os recursos do capital de giro podem ser dinheiro em caixa, aplicações financeiras, estoques e contas a receber.

Consumidores: conjunto de compradores que adquirem bens e serviços para uso próprio ou para outras pessoas. São indivíduos e famílias que compram para satisfazer necessidades e desejos.

Cooperado (a): é o sócio-trabalhador da cooperativa.

Cooperativa: é uma organização referência do movimento de economia solidária, pelos princípios cooperativistas. Por garantir assembleias, contribuição econômica dos membros e diretrizes de organização, previstas por lei, é a forma jurídica de legalização dos empreendimentos solidários mais próxima dos princípios da economia solidária. Contudo, como a legislação é antiga, são necessárias mudanças para atender a realidade atual dos empreendimentos, e esta modificação é uma das lutas do movimento de economia solidária.

Democracia: é uma forma de organização política na qual os cidadãos (o povo) tomam as decisões. É um tipo de regime de governo do país, com base em princípios de liberdade e participação, por exemplo, da existência de eleições, de rodízio de mandatos e de proteção à liberdade de expressão. O movimento de economia solidária defende que este é um princípio político fundamental para a construção de uma nova economia e sociedade, e por isso defende a gestão democrática nos empreendimentos solidários.

Economia solidária: é o conjunto de atividades econômicas – produção, distribuição, consumo, finanças e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras de forma associativa e coletiva, com base nos princípios e valores da cooperação, da solidariedade e da autogestão.

Empreendimentos Econômicos Solidários: são associações, cooperativas, empresas recuperadas, grupos informais, entre outras organizações econômicas, criadas por trabalhadores e trabalhadoras associados, sob a forma da autogestão.

Empresa capitalista: organização econômica baseada na relação patrão - empregado, com a finalidade de gerar lucro.

Lucro: o valor gerado pela exploração do trabalho nas empresas capitalistas, tendo já descontado todos os custos e os salários. O lucro é a apropriação pelo patrão (capitalista) deste valor gerado pelo trabalho (trabalhadores). Para destacar a diferença, nos empreendimentos solidários chamamos de

Sobra (e não de lucro) o valor gerado pelo trabalho dos associados tendo descontado os custos e as retiradas dos associados.

Movimento de economia solidária: é um movimento social formado por empreendimentos solidários (suas uniões e redes); entidades de apoio (da sociedade civil e universitárias); gestores de políticas públicas; e outros movimentos sociais, com o objetivo de fortalecer a economia solidária. O movimento está organizado em Fóruns Municipais, Regionais, Estaduais e no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) – www.fbes.org.br.

Planejamento estratégico: é um processo que tem a função de formular objetivos e metas comuns para o empreendimento numa perspectiva de longo prazo, estruturando a melhor maneira de executá-los, levando em conta as condições internas e externas ao empreendimento. O planejamento estratégico tem o objetivo de criar uma visão de futuro e os meios de alcançá-lo.

Políticas públicas de economia solidária: são programas e projetos implementados por governos municipais, estaduais e/ou federal para apoiar o desenvolvimento da economia solidária. As políticas atuam nas áreas de formação e qualificação profissional, na assistência técnica, no fomento ao desenvolvimento local, às finanças solidárias, ao comércio justo e solidário, no mapeamento da economia solidária, entre outros. Para conhecer os programas do governo federal e da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), consultar: www.mte.gov.br.

Público-alvo: é o conjunto de consumidores que um empreendimento busca atingir. Esse conjunto de consumidores possui características semelhantes e procuram pelos mesmos tipos de produtos no mercado.

Retirada: é a remuneração dos sócios-trabalhadores (diferencia-se do salário, pois este ocorre em organizações baseadas na relação patrão-empregado assalariado, regulado pelas leis trabalhistas e possuindo tributação específica).

Sócio-trabalhador (a): é o trabalhador associado dos empreendimentos solidários, que ao mesmo tempo é sócio e trabalhador.

Sustentabilidade: diz respeito à forma de organização e produção em sociedade que leve em conta o bom uso dos recursos naturais, o bem-estar das pessoas de modo a preservar para as próximas gerações todos esses recursos.

